

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

BOLETIM N.º 208

GEOGRAFIA N.º 11

AROLDO DE AZEVEDO



Vilas e Cidades
do
Brasil Colonial

Ensaio de geografia urbana
retrospectiva

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



DUPLICATA

SÃO PAULO — BRASIL
1956

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Prof. Dr. Alípio Correia Neto
Vice-Reitor: Prof. Dr. E. Simões de Paula

FAULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

Diretor: Prof. Dr. E. Simões de Paula
Vice-Diretor: Prof. Dr. Paula Sawaya

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Diretor (1956): Prof. Dr. João Dias da Silveira

Professôres catedráticos:

GEOGRAFIA FÍSICA — Dr. João Dias da Silveira
GEOGRAFIA HUMANA — Dr. Ary França
GEOGRAFIA DO BRASIL — Dr. Araldo de Azevedo

Professôres de cursos:

CARTOGRAFIA — João Soukup
GEOGRAFIA REGIONAL — Dr. Renato da Silveira Mendes

Primeiros assistentes:

GEOGRAFIA FÍSICA — Dra. Elina O. Santos
GEOGRAFIA HUMANA — Dra. Nice Lecocq-Müller
GEOGRAFIA DO BRASIL — Dr. J. R. Araujo Filho

*Auxiliares de ensino
e assistentes extra-numerários*

GEOGRAFIA FÍSICA — Lic. Maria de Lourdes P. de Souza Radesca
GEOGRAFIA HUMANA — Lic. Pasquale Petrone
GEOGRAFIA DO BRASIL — Lic. Antônio Rocha Penteadó,
Lic. Aziz Nacib Ab'Sáber e Lic. Luiz de Mello Rodrigues.

Alameda Glette n.º 463 — 1.º
SÃO PAULO (Capital)

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS**

BOLETIM N.º 208

GEOGRAFIA N.º 11

AROLDO DE AZEVEDO

Vilas e Cidades
do
Brasil Colonial

Ensaio de geografia urbana
retrospectiva



**SÃO PAULO — BRASIL
1956**



DESENHOS de Seth, Rugendas, L. Jardim, J. W. Rodrigues
e Belmonte.

MAPAS de J. Soukup, A. Monte, J. Nieuhof e J. R. Feliz-
zardo e Costa.

FOTOGRAFIAS do autor.



EXPLICAÇÃO

O estudo geográfico das cidades brasileiras levou-nos, dentro de compreensível desêjo de fazer comparações, a indagar qual o panorama urbano do Brasil de outros tempos. Infelizmente, as fontes consultadas não conseguiram satisfazer, nem de longe, a nossa curiosidade como geógrafo. Tentamos, então, num esforço ingente, realizar a tarefa, que melhor e com maiores razões deveria caber a um historiador. Evidentemente, não procuramos fazer um estudo de caráter histórico. Embora diga respeito ao passado — não ao passado em si mesmo, mas estreitamente ligado ao presente, como base para indispensáveis comparações e como elemento fundamental da evolução de fatos geográficos —, estamos convencidos de que realizamos um trabalho que, pelo assunto e sobretudo pelo método seguido, é de Geografia. Trata-se, como esclarece seu sub-título, de um modesto ensaio de *Geografia Urbana retrospectiva*, apresentado à Décima Assembléia Geral Ordinária da ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS, reunida na cidade de Garanhuns (Pernambuco), em julho de 1955, onde recebeu a desejada crítica e mereceu a honra de figurar nos "Anais" daquela entidade científica.

Publicando-o sob a forma de "Boletim" de nossa Faculdade, fazêmo-lo por duas importantes razões: em primeiro lugar, porque foi no exercício da cátedra de Geografia do Brasil que tivemos oportunidade de arquiteta-lo e, em seguida, elaborá-lo; em segundo lugar, para que possa receber a crítica de outros conhecedores do assunto, uma vez que apenas desejamos sejam sanadas suas falhas e incorreções.

AROLD DE AZEVEDO

Catedrático de Geografia do Brasil



SUMÁRIO

- I. Um estudo de geografia urbana retrospectiva.
 - II. Os aglomerados urbanos no século XVI.
 - III. Os centros urbanos no Seiscentismo.
 - IV. Vilas e cidades no século XVIII.
 - V. No crepúsculo do período colonial.
 - VI. Algumas características dos aglomerados coloniais.
 - VII. O anti-urbanismo do Brasil Colonial.
- Résumé — Summary.

I

UM ESTUDO DE GEOGRAFIA URBANA RETROSPECTIVA

Repartição geográfica das cidades brasileiras De acôrdo com o censo de 1950, existiam em nosso país 1.890 *municípios*, o que significa que, no ponto de vista político-administrativo, o Brasil possuía, naquele ano, nada menos de 1.890 *cidades*, uma vez que “a sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome”, conforme o estatuido pelo Decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938, em seu artigo 3.º.

Dentro dêsse total e levando em conta apenas a *população urbana*, assim se repartiam tais aglomerados:

| | <i>Cidades</i> |
|-------------------------------|----------------|
| Até 5.000 hab. | 1.453 |
| De 5.001 a 10.000 | 230 |
| De 10.001 a 20.000 | 108 |
| De 20.001 a 50.000 | 64 |
| De 50.001 a 100.000 | 21 |
| De 100.001 a 200.000 | 3 |
| Com mais de 200.000 hab. | 8 |

Evidentemente, seria um êrro afirmar que êsses 1.890 centros urbanos devem ser considerados verdadeiras *cidades*, de acôrdo com o conceito geográfico desta palavra, pois a grande maioria não apresenta as características culturais e sociais, a estrutura, as características demográficas e as funções geralmente apontadas pelos geógrafos para que possam ser como tais classificados (1).

(1) — Consultem-se, a propósito, principalmente: LAVEDAN (Pierre), *Géographie des Villes*, Lib. Gallimard, Paris, 1936; MONBEIG (Pierre), *O estudo geográfico das cidades*, em “Revista do Arquivo Municipal”, n.º LXXIII, São Paulo, 1941; CHABOT (Georges), *Les Villes*, L'b. Armand Colin, Paris, 1948; TAYLOR (Griffith), *Urban Geography — A study of site, evolution, pattern and classification in Villages, Towns and Cities*, ed. Methuen, Londres, 1949, de que existe

Acreditamos estar mais próximos da realidade se tomarmos como limite mínimo para a conceituação das cidades (na falta de outro critério) a população urbana de 10.000 hab. Nesta hipótese, existiriam, em 1950, apenas 204 aglomerados urbanos que mereceriam aquela designação, no ponto de vista da Geografia.

Ora, se procurarmos verificar como se realizava a *repartição geográfica* dessas duas centenas de cidades, chegaremos às seguintes conclusões:

a) nada menos de 95% daquele total achavam-se concentrados em apenas três regiões brasileiras — o Sul, o Leste e o Nordeste;

b) 79% daquele total encontravam-se nas duas primeiras das regiões citadas: o Sul, com 92 cidades (45%) e o Leste com 70 cidades (34%);

c) apenas cinco Estados brasileiros congregavam 69% daquelas cidades, a saber: São Paulo com 56 (27%), Minas Gerais com 35 (17%), Rio Grande do Sul com 23 (11%), Pernambuco e Rio de Janeiro com 15 cada um (7%);

d) o Sul e o Leste podem ser considerados as regiões mais urbanizadas do nosso país, o que está de acôrdo com a excepcional posição ocupada por essas regiões quanto à população e ao poderio econômico.

Se examinarmos o assunto sob o prisma da *concentração urbana*, será possível fazer as seguintes constatações:

a) em 1950, 11.840.195 habitantes (22% do total brasileiro) viviam naquelas 204 cidades;

b) dêsse total, porém, 74% viviam em apenas 32 cidades, isto é, as que possuíam mais de 50.000 hab. em sua população urbana, correspondendo a 8.434.220 hab. (16% do total brasileiro);

c) não é só: 58% da população urbana do país (6.873.253 hab.) estavam concentrados em apenas 11 cidades, isto é, as de mais de 100.000 hab.

Em face dos últimos dados citados, verifica-se que constitui uma realidade a irresistível atração exercida pelas médias e gran-

uma versão espanhola, sob o título de *Geografía Urbana*, ed. Omega, Barcelona, 1954; GEORGE (Pierre), *La Ville — Le fait urbain a travers le Monde*, ed. Presses Universitaires de France, Paris, 1952; e SORRE (Max.), *Les Fondements de la Géographie Humaine*, tomo III — *L'habitat*, Lib. Armand Colin, Paris, 1952.

des cidades, a exemplo do que também se registra noutros países de formação recente e de fraca densidade demográfica, como o Canadá, a Austrália e os Estados Unidos.

Uma tarefa árdua, Uma vez constatados tais fatos, cumpre **mas necessária** verificar desde quando começaram êles a ser registrados. Impõe-se, no caso, um estudo retrospectivo, através de sucessivos recúos no tempo, tarefa que poderia caber tanto ao historiador como ao geógrafo. Infelizmente, os que se dedicam à nossa História não se têm preocupado com o assunto; continuamos à espera que apareçam os êmulos brasileiros de um Fustel de Coulanges ou de um Henri Pirenne, que nos viessem brindar com estudos descritivos e interpretativos da vida urbana em nosso tão curto passado, informando-nos a respeito da fisionomia, da estrutura, das funções e da importância dos centros urbanos do Brasil colonial. Praticamente nada foi feito num setor tão palpitante (2) e o geógrafo sente-se no vácuo e inteiramente às cegas quando pretende, no desejo de fazer comparações, remontar ao passado.

Perante tal dificuldade, não tivemos dúvidas em tentar realizar não pròpriamente um estudo histórico (para o qual não temos vocação e nos falece competência), mas o que poderemos chamar de *geografia urbana retrospectiva*, da mesma maneira que ROGER DION não tem dúvidas em realizar a *Geografia Humana Retrospectiva*, quando procura reconstituir a paisagem natural e a paisagem humanizada correspondentes ao passado, interpretando-as à luz dos ensinamentos da Geografia moderna (3).

Nossa tarefa seria bem mais fácil se nos limitássemos aos últimos 80 anos, a respeito dos quais existem dados censitários. Preferimos, porém, tentar uma tarefa mais ousada e complexa, abordando o tema em relação aos 322 anos do período colonial, no desejo de trazer não apenas uma contribuição, modesta embora, para a melhor compreensão dos fatos da Geografia Urbana brasileira, como também despertar o interêsse dos mais capazes, dos especialis-

(2) — JOAQUIM RIBEIRO reconheceu tal fato, ao escrever estas palavras: "Infelizmente ainda não se escreveu a história geral das origens das cidades do nosso interior e poucas são as que têm merecido a atenção dos nossos historiadores" (em *Folklore dos Bandeirantes*, pág. 146, Liv. José Olímpio, Rio, 1946).

(3) — Cf. DION (Roger), *La Géographie Humaine Rétrospective*, em "Cahiers Internationaux de Sociologie", vol. VI, Paris, 1949.

tas em nossa História, para um assunto tão sedutor e até hoje condenado ao esquecimento. Nossa curiosidade maior se tornou quando viemos a constatar que o Brasil, no momento em que passou a ser um país independente, só possuía 12 *ciudades*, oficialmente assim designadas, para tão vasto território e para uma população que não deveria estar muito longe do total de 5 milhões.

Nosso objetivo No presente ensaio, em face da lamentável escassez bibliográfica e na impossibilidade de realizar pesquisas aprofundadas de caráter exclusivamente histórico, limitar-nos-emos a focalizar principalmente a *repartição geográfica* dos aglomerados urbanos brasileiros, do século XVI ao primeiro quartel do século XIX, como também as suas *características essenciais*, naquilo que possam interessar ao geógrafo. Deixaremos de lado os aspectos referentes às *origens* (tocados apenas de leve e de passagem), por dois motivos principais: 1. porque tal assunto já tem merecido a atenção dos historiadores, dos sociólogos e mesmo dos geógrafos (4); 2. porque daria oportunidade a um estudo tão ou mais extenso que o presente, tendo em vista a importância que apresenta para a Geografia Urbana brasileira.

(4) — Veja, principalmente: MORAES (Rubens Borba de), *Contribuição para a história do povoamento em São Paulo até fins do século XVIII*, em "Geografia", I, n.º 1, São Paulo, 1935; DEFFONTAINES (Pierre), *The origin and growth of the Brazilian network of towns*, em "Geographical Review", XXVIII, New-York, 1938, de que há uma versão brasileira, sob o título *Como se constituiu no Brasil a rede de cidades*, em "Boletim Geográfico", n.ºs 14 e 15, Rio, 1944; AZEVEDO (Fernando de), *A Cultura Brasileira*, ed. do IBGE, Rio, 1943; 2a. edição, Comp. Editôra Nacional, São Paulo, 1944.

II

OS AGLOMERADOS URBANOS NO SÉCULO XVI

Feitorias, “cabeças de ponte” do Brasil quinhentista Os mais remotos embriões de nossas cidades podem ser consideradas as modestas feitorias surgidas no litoral brasileiro, nos 30 primeiros anos do século XVI. Simples pontos de escala das expedições exploradoras enviadas pelo governo de Portugal, verdadeiras “cabeças de ponte” aqui plantadas naqueles anos incertos que imediatamente se seguiram à descoberta, tais feitorias significavam um sinal de posse, serviam de base para o policiamento da costa infestada de contrabandistas franceses, ao mesmo tempo que representavam o papel de entrepostos para o incipiente tráfico do pau-brasil e de local de aguada para as naus que demandavam as Índias ou policiavam nossas águas. “Simples galpões, cercados de estacadas, para prevenir eventuais ataques, aí se depositava a habitual mercadoria de escambo: espelhos, avelórios (vidrilhos), cascavéis (guisos), pentes, tesouras e as ferramentas, como o machado e a foice” — ensina HÉLIO VIANA (5).

Todavia, cumpre não exagerar a importância desses modestíssimos núcleos de povoamento, em que pese a afirmação de MAX FLEIUSS, quando os considera “um esboço dos nossos primeiros núcleos de organização político-administrativa” e quando afirma que, “pouco a pouco, com a arribada de novas naus e novos colonos e a hospitaleira acolhida dos naturais, a feitoria se ia convertendo em *aldeiamento* ou *povoado*, florescia em *vila* ou *cidade*, com a construção de casas coloniais, de taipa e pau-a-pique, edifícios públicos” (6).

Em primeiro lugar, torna-se necessário acentuar que tais feitorias caracterizavam-se pelo seu caráter principalmente militar,

(5) — VIANA (Hélio), *História do Brasil Colonial*, pág. 43, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1945.

(6) — FLEIUSS (Max), *História Administrativa do Brasil*, pág. 4, 2a. edição, Comp. Melhoramentos de São Paulo.



Um embrião de cidade

Iniciada a colonização do Brasil, na década de 1530-40, começaram a surgir em trechos esparsos do litoral sul-oriental os primeiros e modestíssimos *povoados*, que depois haveriam de se transformar em *vilas*; foram os embriões de muitas de nossas atuais cidades. Não obedeciam a nenhum plano pré-estabelecido e as futuras ruas, variáveis na largura, não passavam, inicialmente, de simples caminhos, ao longo dos quais se alinhavam as habitações de palha ou de pau-a-pique, construídas muitas vezes com o auxílio dos próprios indígenas catequisados. A Capela tósca estava sempre presente, assegurando a estabilidade do núcleo urbano nascente e servindo de elo permanente para sua escassa população. Tudo isso conseguiu representar o desenhista Seth na gravura que aqui reproduzimos.

bem definido pela presença de “uma *casa-forte* defendida por uma *caiçara* ou paliçada”, sob o comando de um *capitão de vigia*, de acôrdo com os ensinamentos do próprio MAX FLEIUSS (7). Além disso, apresentavam extrema precariedade, tinham insignificante função econômica como simples entrepostos de trocas em espécie e não se enraizavam no lugar em que eram fundadas. Por outro lado, cumpre lembrar que seu número foi muito reduzido, não chegando talvez a meia dúzia, embora seja êste um dos pontos mais obscuros e controversos da nossa história quinhentista (8).

Embora reduzidas em número, tais sementes poderiam ter germinado, transformando-se em vilas e cidades. Eis aqui, porém, um fato que necessita de comprovação. Conhecemos apenas dois exemplos, se bem que não muito convincentes, em que parece se ter registrado uma tal evolução, sem solução de continuidade: *Cabo Frio*, que as circunstâncias históricas transformaram em cidade no primeiro quartel do século XVII; e *Igaracú*, pequeno aglomerado urbano de Pernambuco, que conseguiu arrastar-se obscuramente através dos séculos e ainda hoje existe como simples relíquia histórica.

Não fôra tudo isso uma verdade e certamente o govêrno de Portugal teria prosseguido, por muito mais tempo, a semear feitorias nas costas brasileiras.

As vilas e cidades do século XVI A urbanização do nosso país só teve início, realmente, depois que se iniciou a colonização e foi instituído o regime das Capitânicas. De fato, conforme rezavam as cartas-régias, os Donatários tinham o direito de “fazer tôdas e quaisquer povoações que se chamarão Vilas”, as quais possuiriam “têrmo, jurisdição, liberdades e insígnias de Vilas, segundo a forma e costume de meus Reinos” (9).

A mais antiga, a primeira vila oficialmente instalada no Brasil — é bem sabido — foi a de *São Vicente*, no ano de 1532, no litoral paulista. Coube a Martim Afonso de Sousa demarcar-lhe o

(7) — FLEIUSS (Max), obra cit., pág. 4.

(8) — Entre os núcleos de origem européia existentes no período anterior a 1530, os historiadores citam os seguintes: *Igaracú* e *Conceição de Itamaracá*, em Pernambuco; *Santa Cruz*, na Bahia; *Cabo Frio*, no Estado do Rio de Janeiro, fundado em 1503; e o do *Rio de Janeiro*, cujos vestígios teriam sido encontrados por Fernão de Magalhães, quando passou pela baía de Guanabara, em 1519.

(9) — Cf. MAIA (João de Azevedo Carneiro), *O Município*, pág. 28, Tip. Leuzinger, Rio, 1883.

terreno, arruá-lo, loteá-lo, distribuindo os lotes aos sesmeiros; fêz levantar um forte, a casa da Câmara, a cadeia, a igreja, a alfândega; e, dando-lhe uma organização político-administrativa, nomeou os administradores da justiça e convocou os “homens bons” para procederem à eleição dos primeiros Vereadores (10).

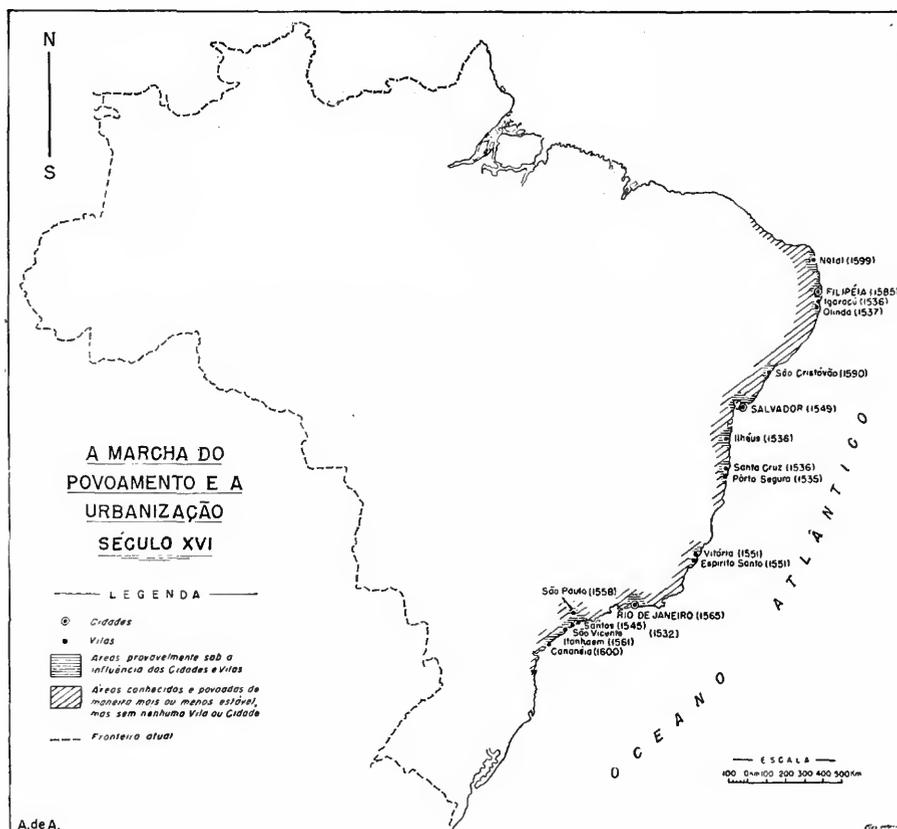
Outras muitas vilas vieram, sem demora, alinhar-se ao lado dessa venerável São Vicente, que, sob certos aspectos, pode ser considerada a primeira Capital que teve o Brasil, desde que seu fundador tinha o título de “Capitão-mor e Governador das Terras do Brasil”. O assunto apresenta uma certa dificuldade, pois algumas delas tiveram duração efêmera (como é o caso de Santo André da Borda do Campo), os cronistas da época não distinguem perfeitamente as vilas dos simples povoados (11) e, finalmente, existem exemplos de aglomerados que tomaram o título de Vilas sem que se conheça com exatidão o correspondente ato da metrópole.

Tudo parece indicar que, ao findar-se o século XVI, existiam no Brasil pelo menos 14 vilas, a saber:

| <i>Datas</i> | <i>Denominações (original e atual)</i> | <i>Unidade atual</i> |
|------------------|---|----------------------|
| REGIÃO NORDESTE: | | |
| 1536 | 1. Igaracú | Pernambuco |
| 1537 | 2. Olinda | Pernambuco |
| 1599 | 3. Natal | Rio Grande do Norte |
| REGIÃO LESTE: | | |
| 1535 | 1. Pôrto Seguro | Bahia |
| 1536 | 2. S. Jorge dos Ilhéus, atual Ilhéus | Bahia |
| 1536 | 3. Santa Cruz, atual Santa Cruz Cabrália | Bahia |
| 1551 | 4. Espírito Santo | Espírito Santo |
| 1551 | 5. Nossa Senhora da Vitória, atual Vitória | Espírito Santo |
| 1590 | 6. São Cristóvão | Sergipe |

(10) — Cf. FLEIUSS (Max), obra cit., pág. 6.

(11) — Cf. GANDAVO (Pero de Magalhães), *História da Província de Santa Cruz*, em ASSIS CINTRA, “Nossa primeira História”, Comp. Melhoramentos, São Paulo, 1922, págs. 71-76; e SOUSA (Gabriel Soares de), *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, 3a. edição, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1938, págs. 27-107.



Povoamento e urbanização do Brasil, no século XVI

No quinhentismo, a área efetivamente povoada limitou-se à orla litorânea, do Rio Grande do Norte a São Paulo, o que explica a presença das poucas cidades e vilas exclusivamente nesse trecho da costa, salvo uma única exceção: a vila de São Paulo de Piratininga, localizada no Planalto.

| <i>Datas</i> | <i>Denominações (original e atual)</i> | <i>Unidade atual</i> |
|--------------|---|----------------------|
| REGIÃO SUL: | | |
| 1532 | 1. São Vicente | São Paulo |
| 1545 | 2. Santos | São Paulo |
| 1558 | 3. São Paulo de Piratininga, atual São Paulo | São Paulo |
| 1561 | 4. Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém, atual Itanhaém | São Paulo |
| 1600 | 5. São João Batista de Cananéia, atual Cananéia | São Paulo |

Muito pelo contrário, raras foram as cidades criadas no quinhentismo. Conhecemos apenas três exemplos, todos êles caracterizados pelo fato de nunca terem sido Vilas e, muito menos, Povoados:

1. a cidade do *Salvador da Bahia de Todos os Santos*, fundada por Tomé de Sousa em 1549 e que se orgulha, com tôda razão, de haver sido a primeira cidade surgida em terras brasileiras;

2. a cidade de *São Sebastião do Rio de Janeiro*, fundada em 1565 e definitivamente instalada em 1567;

3. a cidade de *Filipéia de Nossa Senhora das Neves*, depois Paraíba, hoje João Pessoa, fundada em 1585.

Essa extrema pobreza em cidades, que tão bem caracteriza o Brasil do século XVI, não só correspondia à modéstia de nossa vida colonial, dando então os seus primeiros passos, como também era um reflexo da tradição portuguesa da época e, mais pròximamente, resultava do regime dominante das Capitãncias hereditárias. Os Donatários não tinham o direito de fundá-las, porque “as cidades, perpetuando em si o antigo Município romano, de natureza independente, só assentavam em terras próprias alodiais” (12). Por isso mesmo, para que pudesse ser fundada a cidade do Salvador, necessário se tornou que, primeiramente, revertissem à coroa portuguesa as terras da capitãncia da Bahia, então pertencentes aos herdeiros de seu malogrado Donatário.

(12) — FLEIUSS (Max), obra cit., pág. 10.

A maritimidade dos aglomerados quinhentistas Era êsse, por conseguinte, o panorama urbano do Brasil quinhentista. Em primeiro lugar, cumpre-nos ressaltar um traço comum a essas vilas e cidades do século XVI: com apenas uma única exceção, localizavam-se à beira-mar, eram *aglomerados urbanos marítimos*. Tal característica nada mais constituía do que uma conseqüência das condições reinantes naquele momento histórico.

Antes de tudo, não nos esqueçamos de que os audazes pioneiros, que constituíam a população dêsses núcleos urbanos, precisavam fixar-se no litoral a fim de que pudessem manter permanente contacto com as raras naus procedentes da metrópole lusa, vale dizer da Europa e do Mundo civilizado de então. Mais do que nunca, o colono quinhentista dependia dêsses raros e sempre desejados contactos: de Portugal vinham os tecidos para o seu vestuário, os mantimentos com que se havia acostumado, as armas e as munições essenciais à sua defesa, os modestos instrumentos de uso comum ou para a lavoura, as sementes e as cabeças de gado; de lá vinham as notícias dos membros de sua família e os ecos amortecidos dos acontecimentos registrados no país, quando não no próprio continente.

Fixar-se junto às águas do Atlântico, dessas mesmas águas que também banham as costas lusitanas, constituía, até certo ponto, um gesto de sobrevivência e manifestação de uma esperança; afastar-se dêsse litoral e embrenhar-se pelo sertão desconhecido, planalto a dentro, era sujeitar-se a perigos de tôda ordem e a contratemplos inimagináveis, era expor-se ao ataque da indiada hostil e abdicar ao mínimo de conforto que a civilização podia oferecer. Em última análise, tratava-se de escolher entre a Vida e a Morte. As necessidades materiais exigiam essa permanência na costa, fazendo com que os colonos a ela se agarrassem como os carangueijos — conforme a tão citada e sugestiva imagem de frei VICENTE DO SALVADOR; mas é evidente que o fator psicológico representou um papel de destaque nessa localização de nossos primeiros aglomerados urbanos.

Todavia, outras razões existiam, reforçando a que acabamos de citar. Em primeiro lugar, a presença das escarpas abruptas do Planalto Brasileiro, junto ao mar ou não muito longe dêle, em larga



Uma vila quinhentista

As cenas de rua, o pelourinho (no primeiro plano), a Igreja, os tipos de habitações e os personagens que aparecem neste desenho de Seth sintetizam muito bem o aspecto e um pouco da vida do que provavelmente seria uma vila quinhentista de nosso litoral — Olinda ou São Vicente, São Jorge dos Ilhéus ou São João Batista de Cananéia, por exemplo.

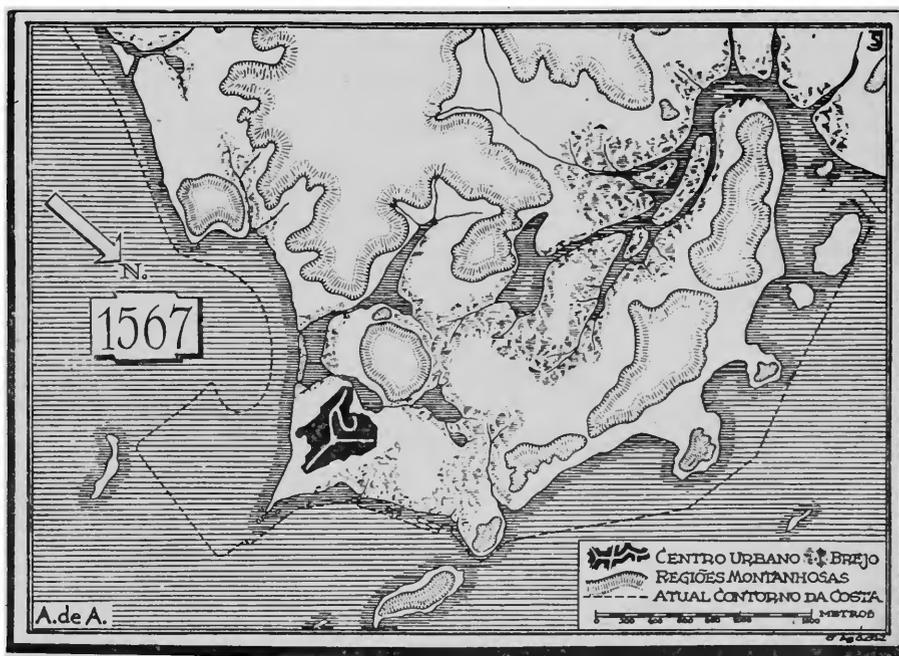
extensão do litoral sul-oriental, constituindo só por si uma barreira natural, de acesso difícil e que dava a impressão de esconder, atrás delas, uma região extremamente montanhosa e intransponível. Tornando ainda mais sério êsse obstáculo criado pela Natureza, aparecia aos olhos daqueles homens do quinhentismo o manto compacto, impenetrável, grandioso mas amedrontador da Mata Atlântica, a encobrir os vales e as escarpas da serra marítima. Além disso, as vias de acesso ao Planalto eram muito escassas, deficientíssimas e cheias de perigos; imagine-se o que não acontecia nas terras de "Serra Acima", onde os caminhos eram inexistentes e não se dispunha nem mesmo dos mais rudimentares meios de transporte.

Havia mais, porém: se o Tupi da costa dava margem a cuidados e preocupações, maior era o temor que se apoderava dos primeiros povoadores em relação ao Jê ou Tapuia, que habitava o Planalto e que se notabilizara por sua belicosidade e selvageria. Finalmente, também consequência de tais fatores, mas causa da concentração urbana, era na costa ou em suas proximidades que se situavam os únicos centros econômicos da época, baseados na cultura da cana de açúcar e importantes fatores para a fixação do povoamento.

Tudo contribuiu, pois, para que nossos primeiros aglomerados urbanos fôssem marítimos; e as razões do fato prevaleceram em grande parte ainda no século XVII.

A vila de *São Paulo de Piratininga* aparecia como verdadeira e única exceção, desde que, embora também surgida no primeiro século de nossa colonização, foi plantada no Planalto, a mais de 700 m de altitude sobre o nível do mar e dêste separada não apenas por algumas dezenas de quilômetros, mas sobretudo pelas escarpas da Serra do Mar. No decurso de todo o quinhentismo, foi a mais avançada "bôca de sertão" estabelecida pelos colonizadores à entrada daquele mundo desconhecido, que era o interior do nosso país.

Tal exemplo, no entanto, não basta para invalidar a regra geral: fundada em 1554 e feita vila em 1558, teve a seu favor o fato de poder dispor de uma das raras e mais antigas vias de acesso ao litoral (utilizada pelos índios antes mesmo da chegada dos portugueses) e de contar com a preciosa colaboração de chefes indíge-



O Rio de Janeiro no quinhentismo

Fundada em 1565 por Estácio de Sá junto ao morro da Cara de Cão, logo à entrada da baía de Guanabara, foi a cidade de *São Sebastião do Rio de Janeiro* transferida, em 1567, para o morro de São Januário ou do Castelo, local menos vulnerável que o primeiro escolhido. Constituiu, por essa época, um verdadeiro exemplo de *cidade em acrópole*, que podia se defender com vantagem dos inimigos, viessem eles do mar ou da terra: a elevação (que dominava a entrada da barra e ambas as margens da baía) tinha, em tórno de si, muitos obstáculos naturais — lagoas, terrenos alagadiços, manguesais.

nas, graças ao prestígio de João Ramalho. Não fôra isso, tal exceção certamente deixaria de aparecer no quinhentismo; e, para comprovar nossa assertiva, basta recordar que as demais vilas planáltinas, instaladas no decorrer do século XVII, foram em reduzido número, como teremos oportunidade de verificar.

Repartição geográfica dos aglomerados urbanos dos quinhentistas — Os aglomerados urbanos, no século XVI, além de tipicamente marítimos, surgiam de maneira isolada e esparsa, constituindo verdadeiros “nódulos” de população no imenso “deserto” humano do Brasil de então.

Todavia, percebe-se uma relativa concentração das vilas e cidades quinhentistas em duas áreas distintas: no que poderemos denominar de *região vicentina*, atual território paulista, onde existia a maior concentração de aglomerados urbanos, embora nenhum gozasse das honras de cidade, num total de 5 vilas, o que equivale a 29%; e no que chamaremos de *região pernambucana*, no litoral oriental do Nordeste, onde apareciam 4 aglomerados urbanos (22%). Os sete núcleos urbanos restantes (41%) distribuíam-se esparsamente: além da cidade do Rio de Janeiro, existiam 3 em terras baianas, 2 no Espírito Santo e 1 no atual Sergipe. Percebe-se que se esboçava, assim, uma terceira área — a que chamaríamos de *região baiana*, tendo por centro a cidade do Salvador e situada entre as duas outras regiões já mencionadas.

Tal repartição geográfica reflete, de maneira muito nítida, a realidade demográfico-econômica da época, pois é bem sabido que, de tôdas as Capitânicas quinhentistas, duas apenas conseguiram prosperar — exatamente as de São Vicente e de Pernambuco.

Com a competência e o espírito de síntese próprios dos Mestres, CAPISTRANO DE ABREU descreveu, de maneira sugestiva, o quadro do povoamento no Brasil ao completar-se um século após a viagem de Cabral: *Natal* estava nascendo, à sombra do forte dos Três Reis Magos; na cidade da *Paraíba*, a atual João Pessoa, as casas “se alongavam pelo morro pitoresco, com os engenhos que se irradiavam pelas várzeas ubertosas”; ver-se-iam “*Igaracú*, a antiga, *Olinda*, a orgulhosa, e *Recife*, simples morada de pescadores, que não tardaria a eclipsar tôdas”; já existiam *Pôrto Calvo* e *São Cristóvão*, em terras hoje alagoano-sergipanas; já brilhava “a cidade

do *Salvador*, com o seu Recôncavo, em que prosperavam numerosos engenhos e vicejavam por léguas e léguas os canaviais verdejantes”, tendo ainda “os seus campos, em que o gado pascia às manadas, aos milheiros”; seguiam-se *Ilhéus*, *Santa Cruz*, *Pôrto Seguro* e, um tanto isolada, *Espírito Santo*; depois, “o *Rio de Janeiro*, assentado no meio de um anfiteatro imenso”, “com as suas ilhas feitiçeras, com sua baía sem par”; mais ao sul, “*São Vicente*, a obra de Martim Afonso, *Santos*, obra de Brás Cubas, *Itanhaém*, mais tarde efêmera cabeça de capitania, *Cananéia*, semente de João Ramalho, pôrto franco para os campos de Curitiba, do Viamão e da Vacaria”; e, finalmente, “a dez léguas do oceano”, encarapitada no planalto, “a vila de São Paulo, obra dos Jesuítas” (13).

Os maiores centros urbanos do século XVI Tudo parece indicar que, das 3 cidades e 14 vilas existentes ao encerrar-se o quinhen-
tismo, quatro ocupariam um lugar de maior destaque: a cidade do *Salvador* e a cidade do

Rio de Janeiro, principalmente por sua função político-administrativa, pois ambas serviram como sede do Govêrno Geral, a segunda por um curto prazo, mas a primeira por meio século, ininterruptamente, o que lhe valeu a incontestável posição de metrópole colonial; e as vilas de *Olinda* e de *São Vicente*, em virtude do seu papel de “cabeça” das duas mais importantes e prósperas Capitânicas, únicos centros econômicos de destaque, a par com o Recôncavo baiano. Os demais aglomerados urbanos seriam bastante modestos, inclusive a cidade de Filipéia ou Paraíba, que evidentemente não deveria ter recebido semelhante honraria, não fôsem motivos fortúitos e ocasionais.

A cidade do *Salvador*, a metrópole dêsse Brasil quinhentista, teve em GABRIEL SOARES DE SOUSA o seu geógrafo, à maneira da época (14). Descreveu-nos o sítio da cidade, em poucas mas sugestivas palavras, como forneceu detalhes a respeito da baía de Todos os Santos e o clima ali reinante, demonstrando conhecer muito bem o papel representado pelos ventos alíseos. Deu-nos um relato da maneira pela qual foi fundada a cidade, as razões que justificaram a escôlha do local e o abandôno da Vila Velha, pormenori-

(13) — Cf. LYRA (A. Tavares de), *Organização Política e Administrativa do Brasil*, págs. 24-26, Comp. Editôra Nacional, São Paulo, 1941.

(14) — SOUSA (Gabriel Soares de), obra cit., págs. 128-143.

zando as providências tomadas por Tomé de Sousa: o arruamento “por boa ordem com as casas cobertas de palma ao modo do gentio”; a construção de “muros de taipa grossa”, “com dois baluartes ao longo do mar e quatro da banda da terra”; e a fundação de “um colégio dos padres da Companhia, e outras igrejas e grandes casas, para viverem os Governadores, casas da Câmara, cadeia, alfândega, contos, fazendas, armazéns, e outras oficinas convenientes ao serviço de Sua Alteza”. Ao tempo em que escreveu (1587), Salvador teria “800 vizinhos, pouco mais ou menos”, ao passo que mais de 2.000 viveriam na região do Recôncavo, isto sem falar nos 2.500 soldados de sua guarnição. Demonstrando um admirável espírito de observação, deixou-nos detalhada descrição da cidade: sua parte central, onde ficava “uma honesta praça, em que se correm touros quando convém” e onde se erguiam os principais edifícios públicos, as mais importantes ruas comerciais, a Sé e o colégio dos Jesuítas; os arrabaldes residenciais, com seus quintais cheios de árvores; os caminhos que conduziam à atual Cidade Baixa, onde se localizavam os desembarcadouros, próximos de três fontes “em as quais os mareantes fazem sua aguada bem à borda do mar”; a zona rural circunjacente, verdadeiro “cinturão verde”, pois a terra, “uma e duas léguas à roda, está quase tôda ocupada com roças, que são como os casais de Portugal”, onde se cultivavam “muitos mantimentos, frutas e hortaliças”, destinados ao abastecimento da população. Não se esqueceu, enfim, de referir-se aos habitantes da cidade, especialmente à gente rica, a respeito de cuja maneira de viver forneceu detalhes preciosos.

Se a êste depoimento acrescentarmos as informações de outros cronistas da época e tudo quanto já conseguiram reunir os historiadores (15), acabaremos por fazer uma idéia o mais possível fiel da metrópole do Brasil quinhentista: um burgo que teria um milhar de habitantes, fortemente ligado à região agrícola do Recôncavo, tendo na função político-administrativa e na função religiosa as principais razões de ser de sua existência. Podemos bem avaliar, por isso, a reduzida importância e a modéstia da vida urbana dos demais aglomerados brasileiros, ao findar o século XVI.

(15) — Consultem-se, entre outros: SILVA (Alberto), *A Cidade de Tomé de Souza — Aspectos quinhentistas*, ed. Irmãos Pongetti, Rio, 1949; AZEVEDO (Thales de), *Povoamento da Cidade de Salvador*, 2a. edição revista, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1955.

III

OS CENTROS URBANOS NO SEISCENTISMO

As cidades seiscentistas

No século XVII, o panorama urbano do Brasil não sofreu alterações substanciais, se bem que um número avultado de vilas passasse a figurar ao lado das 14 quinhentistas. Salvo na porção meridional do Planalto Atlântico, a maritimidade dos aglomerados urbanos continuou a ser a característica marcante, pois ainda persistiam, embora de forma mais atenuada, as razões que justificavam e impunham o contacto com o oceano.

No que se refere às cidades, quatro novas vieram se juntar às três do quinhentismo:

1. *São Luís do Maranhão*, fundada em 1612 pelos franceses de Daniel de la Touche, por ocasião da fracassada tentativa de estabelecimento da “França Equinocial”;

2. *Nossa Senhora da Assunção do Cabo Frio*, antiga feitoria, elevada à categoria de cidade em 1615, sem razões poderosas que justificassem a medida (16);

3. *Nossa Senhora de Belém*, fundada na embocadura do Amazonas em 1616, logo após a expulsão dos franceses do Maranhão, para servir de sinal de posse e como baluarte de defesa da imensidão amazônica; e

4. *Olinda*, elevada a essa categoria em 1676 como homenagem à sua posição de “célula mater” da zona açucareira do Nordeste, embora estivesse profundamente ferida em consequência das lutas contra os invasores holandeses e tendo já como rival o próspero povoado do Recife.

(16) — Referindo-se à inexplicável elevação de Cabo Frio à categoria de cidade, AIRES DE CASAL esclarece que, naquela época, “muitas povoações tomavam de princípio o título de cidade” (*Corografia Brasileira*, II, pág. 31, ed. Cultura, São Paulo, 1943).

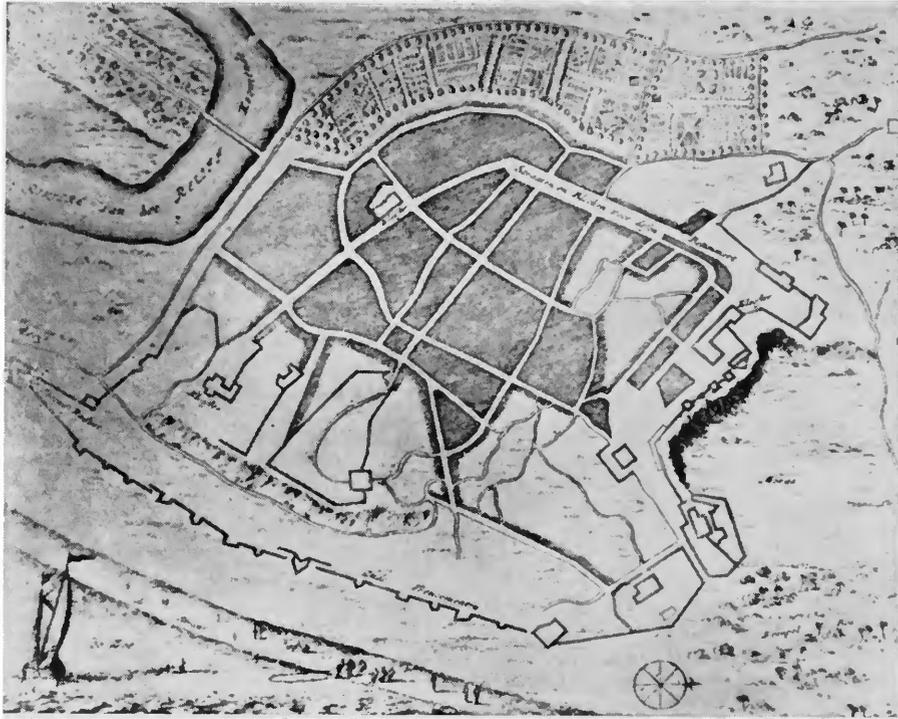
As vilas seiscentistas No que se refere às vilas, nada menos de 37 foram criadas durante o século XVII, particularmente em sua segunda metade (sob os reinados de D. Afonso VI e D. Pedro II), o que fêz com que se elevasse para 51 o total das vilas brasileiras.

Registrou-se uma verdadeira proliferação de vilas ao longo do litoral, de maneira especial em dois trechos: entre a cidade da Paraíba e a vila de Ilhéus, como também da vila de Vitória ao extremo norte do atual litoral catarinense. Percebe-se, por conseguinte, que os dois importantes centros econômicos do quinhentismo — Olinda e São Vicente — continuavam a exercer sua hegemonia, reforçado o primeiro pela importância crescente da cidade do Salvador e do Recôncavo baiano.

Daí a existência de duas áreas de maior concentração urbana: a) a que poderemos chamar de *região baiano-pernambucana*, tendo por base a economia açucareira e resultante, em parte, da luta contra os flamengos; b) a *região paulista-fluminense*, girando em torno da vila de São Paulo e da cidade do Rio de Janeiro, tendo por fundamentos de sua prosperidade econômica dois fatores diversos: a criação de gado e os engenhos de açúcar, no trecho fluminense; e o preamento de índios, no trecho paulista (17). A par de tais áreas, modestamente esboçavam-se duas outras, onde também se registrava uma certa concentração urbana: a *região paraense*, mais importante, e a *região maranhense*. De qualquer maneira, o fato é que a fachada atlântica, desde a foz do rio Tapajós até a ilha de São Francisco (Santa Catarina), passara a ser balisada por vilas e cidades, numa extensão quase duas vezes maior do que a registrada no século anterior.

Por outro lado, a fase inicial da conquista do Planalto Brasileiro pelos desbravadores refletiu-se na instalação de novas vilas. São Paulo deixou de ser a única vila planaltina; novos aglomerados surgiram na planície do médio Paraíba do Sul, na rota geralmente preferida pelos Bandeirantes que demandavam as “Minas Gerais dos Cataguás”, como também atingiram a zona dos campos da De-

(17) — A urbanização do território paulista, no século XVII, deve-se também à ação dos Jesuítas (através de numerosos aldeamentos de índios, que se transformaram em vilas) e, possivelmente, à existência de aglomerados fortemente ligados à agricultura, do tipo das aldeias portuguesas ou dos “villages” franceses.



Olinda, cidade do século XVII

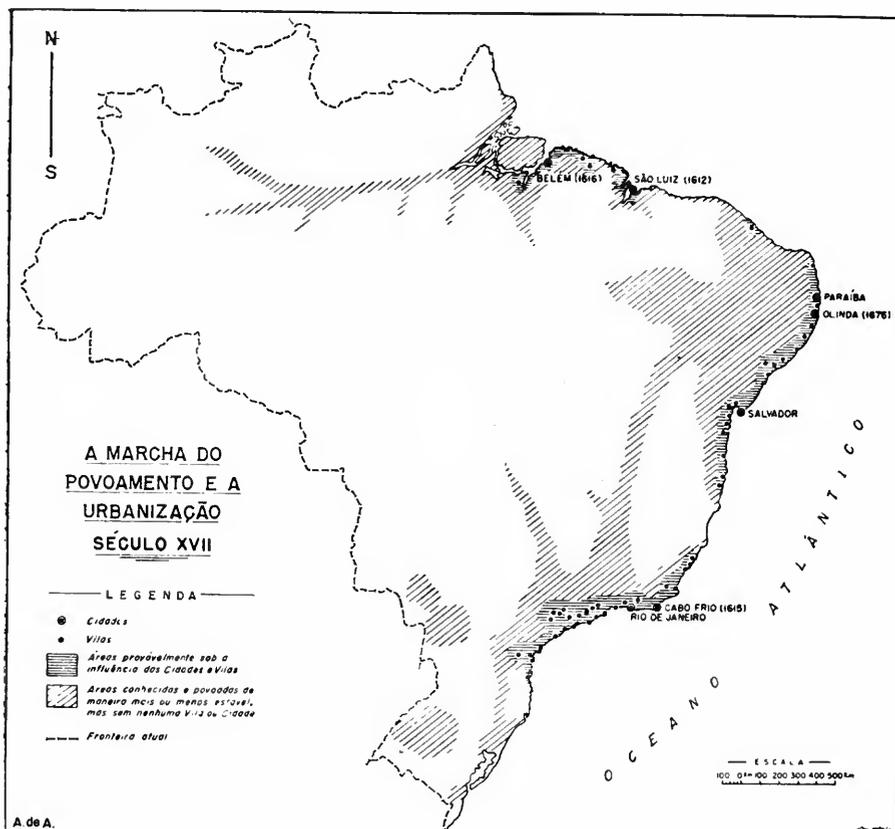
Fundada por Duarte Coelho, feita vila em 1537, era Olinda o mais importante centro urbano do Nordeste brasileiro ao findar-se o primeiro quartel do século XVII. Teve lugar, em 1630, a invasão de Pernambuco pelos holandeses e, em consequência, o quase desaparecimento do glorioso núcleo quinhentista. Expulsos os invasores, em 1654, reencetou Olinda a sua vida, embora profundamente ferida em virtude do prolongado cativeiro e tendo já como rival a povoação do Recife, engrandecida com a Cidade Maurícia. Mesmo assim (ou, quem sabe, por isso tudo) foi elevada à categoria de cidade no ano de 1676. — A planta acima nos dá uma idéia de Olinda ao tempo da ocupação flamenga e figura na obra de JOAN NIEUHOF, “Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil”, publicada em Amsterdam no ano de 1682.

pressão Paleozóica (logo aproveitada pelos que se dirigiam no rumo do sul ou para o Planalto Central) e o planalto de Curitiba.

No seiscentismo, a maior concentração urbana registrava-se em terras atualmente paulistas: nada menos de 17 vilas para um total de 51, isto é, 33%. Também chama a atenção a concentração urbana verificada nas atuais terras da Bahia (uma cidade e 8 vilas) e no Estado do Rio de Janeiro de hoje (uma cidade e 5 vilas). No mais, constata-se uma grande modéstia: Pará — 4; Maranhão — 2; Ceará — 1; — Rio Grande do Norte — 1; Paraíba — 1; Pernambuco — 3; Alagoas — 3; Sergipe — 1; Espírito Santo — 3; Paraná — 2; Santa Catarina — 1.

Foram as seguintes as vilas criadas no século XVII, de acôrdo com as divisões regionais atualmente admitidas:

| <i>Datas</i> | <i>Denominações (original e atual)</i> | <i>Unidade atual</i> |
|--------------------|--|----------------------|
| REGIÃO NORTE: | | |
| 1632 | 1. Vila Viçosa da Santa Cruz do Cameté, atual Cameté | Pará |
| 1634 | 2. Vila Sousa de Caeté, atual Bragança | Pará |
| 1661 | 3. Gurupí (?) | Pará |
| REGIÃO NORDESTE: . | | |
| 1627 | 1. Vila Formosa, atual Sirinhaém | Pernambuco |
| 1636 | 2. Bom Sucesso do Pôrto Calvo, atual Pôrto Calvo | Alagoas |
| 1636 | 3. Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul, atual Marechal Deodoro | Alagoas |
| 1636 | 4. Penedo do Rio de São Francisco, atual Penedo | Alagoas |
| 1637 | 5. Santo An'ônio de Alcântara, atual Alcântara | Maranhão |
| 1700 | 6. São José de Aquirás, atual Aquirás | Ceará |
| REGIÃO LESTE: | | |
| 1608 | 1. Angra dos Santos Reis da Ilha Grande, atual Angra dos Reis | Rio de Janeiro |



Povoamento e urbanização do Brasil, no século XVII

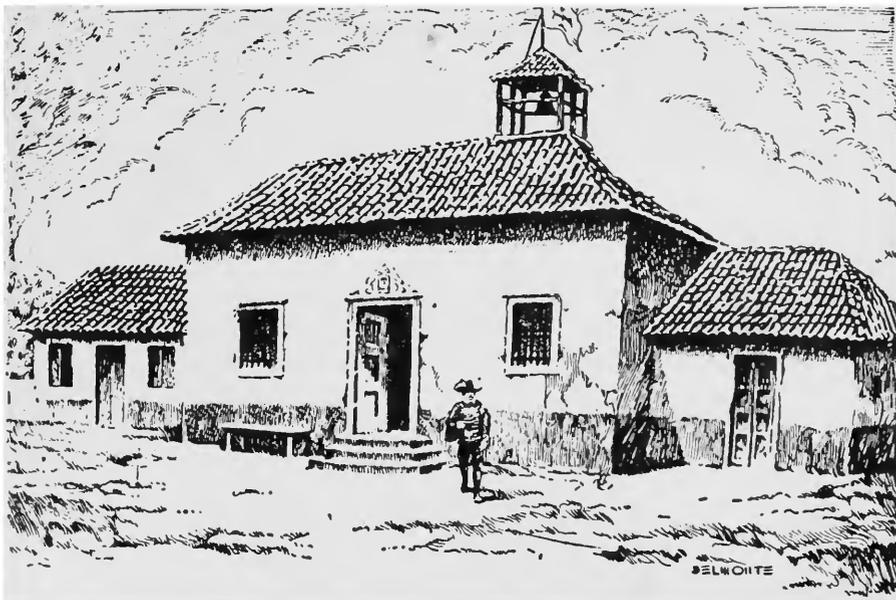
No seicentismo, teve início a conquista da Amazônia, do Sertão nordestino, de Minas Gerais, de Goiás e do Sul do Brasil, ao mesmo tempo que os Jesuítas espanhóis criaram “reduções” no sul de Mato Grosso, Noroeste do Paraná e no Rio Grande do Sul. Mas a obra urbanizadora foi bem mais modesta: salvo no Planalto paulista-paranaense, limitou-se ainda às vizinhanças do mar.

| <i>Datas</i> | <i>Denominações (original e atual)</i> | <i>Unidade atual</i> |
|--------------|--|----------------------|
| 1608 | 2. Cairú | Bahia |
| 1665 | 3. Santo Antônio da Itabaiana, atual Itabaiana | Sergipe |
| 1667 | 4. Paratí | Rio de Janeiro |
| 1677 | 5. São João do Paraíba, atual São João da Barra | Rio de Janeiro |
| 1677 | 6. São Salvador dos Campos dos Goitacases, atual Campos | Rio de Janeiro |
| 1689 | 7. Guarapari | Espírito Santo |
| 1693 | 8. Nossa Senhora do Rosário de Cachoeira, atual Cachoeira .. | Bahia |
| 1693 | 9. Nossa Senhora da Ajuda de Ja- guaripe, atual Jaguaripe | Bahia |
| 1693 | 10. Camamú | Bahia |
| 1693 | 11. São Francisco da Barra do Ser- gipe do Conde, atual São Fran- cisco do Conde | Bahia |
| 1697 | 12. Santo Antônio de Sá de Ma- cacú, atual Japuiba | Rio de Janeiro |
| 1697 | 13. Santo Amaro das Brotas | Sergipe |
| 1699 | 14. Iguaçu, atual Duque de Caxias | Rio de Janeiro |

REGIÃO SUL:

| | | |
|------|--|-----------|
| 1611 | 1. Santana de Mogí das Três Cru- zes, atual Mogí das Cruzes | São Paulo |
| 1625 | 2. Santana de Parnaíba | São Paulo |
| 1636 | 3. São Sebastião | São Paulo |
| 1637 | 4. Exaltação da Santa Cruz de Ubatuba, atual Ubatuba | São Paulo |
| 1645 | 5. São Francisco das Chagas de Taubaté, atual Taubaté | São Paulo |
| 1653 | 6. Nossa Senhora da Conceição do Rio Paraíba, atual Jacareí | São Paulo |
| 1653 | 7. Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, atual Paranaguá .. | Paraná |
| 1655 | 8. Nossa Senhora do Desterro do Campo Alegre de Jundiá, atual Jundiá | São Paulo |
| 1657 | 9. Santo Antônio de Guaratingue- tá, atual Guaratinguetá | São Paulo |





Aspectos da vila de São Paulo no seicentismo

Os desenhos acima reproduzidos, de autoria de J. Wash Rodrigues e de Belmonte, mostram-nos como deveriam ser dois dos mais importantes edifícios da vila de São Paulo no século XVII: a *Igreja do Colégio*, à sombra da qual, evidentemente com aspecto muitíssimo mais modesto, havia nascido a povoação em meados do quinhentismo; e o *Paço Municipal*, a Câmara dos Vereadores de São Paulo de Piratininga.

| <i>Datas</i> | <i>Denominações (original e atual)</i> | <i>Unidade atual</i> |
|--------------|--|----------------------|
| 1657 | 10. Nossa Senhora da Candelária do Outú Guaçú, atual Itú | São Paulo |
| 1660 | 11. Rio de São Francisco do Sul, atual São Francisco do Sul ... | Santa Catarina |
| 1661 | 12. Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba, atual Sorocaba | São Paulo |
| 1665 | 13. Nossa Senhora das Neves de Iguape, atual Iguape | São Paulo |
| 1693 | 14. Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, atual Curitiba | Paraná |

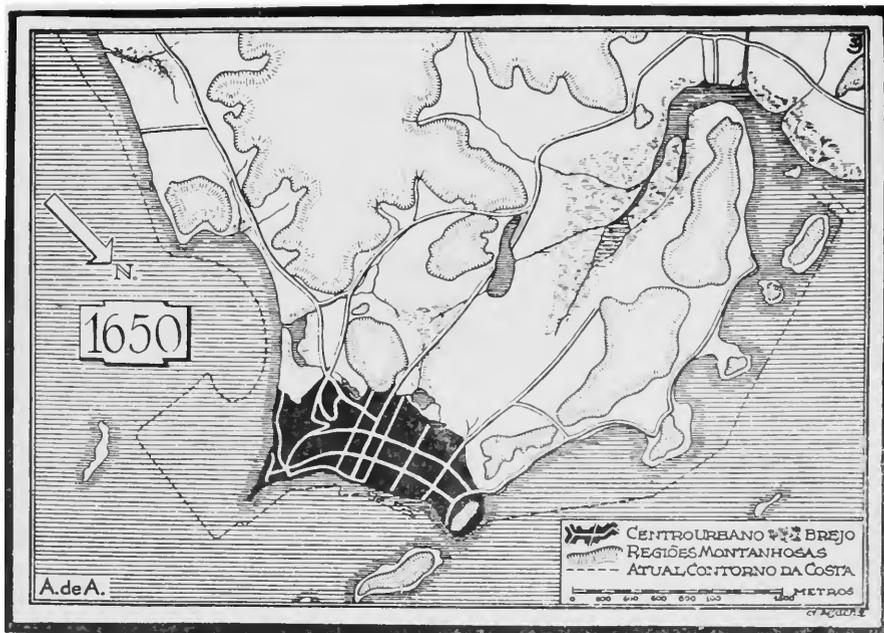
Ao terminar o século XVII, as vilas que podemos considerar “bocas de sertão” e que mais se afastavam da orla litorânea, situavam-se na porção meridional do Planalto Atlântico (Curitiba, Sorocaba, Itú, Jundiá, Guaratinguetá), embora como tal também possamos classificar a vila de Cameté, à entrada do Mundo Amazônico.

Os maiores centros urbanos do século XVII No panorama urbano do Brasil seiscentista, a cidade do *Salvador* brilhava, sem nenhuma dúvida, não encontrando outro centro que lhe fizesse sombra, pelo menos na segunda metade do século XVII (18). Teria uma população de uns 8.000 hab. brancos, além de alguns milhares de negros e índios, cêrca de 2.000 casas, 12 grandes igrejas; seria grande o número de seus negociantes (portuguêses na maioria) e a gente rica da cidade, “sobretudo as damas, faziam garbo de passear em palanquins pelas ruas mais importantes e concorridas, ostentando o luxo que ainda refletia o “tempo dourado” dos grandes dias do açúcar e que então era mantido pelos lucros do contrabando do ouro recebido das Minas em troca de gado, mantimentos, fazendas e negros que se remetiam clandestinamente” (19).

Afora a capital da colônia, destacavam-se alguns poucos aglomerados urbanos: as cidades do *Rio de Janeiro* e de *Olinda*, a vila

(18) — Na primeira metade do século XVII, ao que parece, Olinda rivalizava com a cidade do Salvador. No *Diálogo das Grandezas do Brasil* (ed. Dois Mundos, Rio, 1943), Brandônio, depois de dizer que esta cidade era a sede do govêrno, afirma que, “de poucos anos a esta parte, se há defraudado êste mandato em grande maneira; porque se contentam mais os governadores de assistirem na capitania de Pernambuco, ou seja por tirarem dela mais proveito ou por estarem mais perto do Reino” (pág. 68).

(19) — AZEVEDO (Thales de), *Povoamento da cidade do Salvador*, págs. 158 e 183.



O Rio de Janeiro no século XVII

No seicentismo, a cidade do Rio de Janeiro não teria mais que uns 8 a 10.000 hab. Descendo do morro do Castelo, em que Mem de Sá a colocara, passou a ocupar a baixada circunjascente, onde surgiram as ruas paralelas à linha da costa ou dirigindo-se para o interior, muitas das quais ainda hoje existem. Em sua periferia apareciam engenhos de açúcar, de que alguns bairros guardam ainda a lembrança em seus nomes. “Em torno dos engenhos de açúcar, representando a vida econômica, e das igrejas, centros da vida espiritual, desdobrava-se a trama da cidade” (Vivaldo Coaracy).

de *São Paulo* (já então transformada na “capital” do Bandeirismo), as cidades de *Belém* e de *São Luís* (que, em períodos diferentes, foram a sede do govêrno do “Estado do Maranhão”, administrativamente independente do “Estado do Brasil”), além de um povoado que tinha todo o direito de ser elevado à categoria de vila, senão de cidade — o *Recife*, pois fôra o grande beneficiário da ocupação holandesa, a “Cidade Maurícia” dos flamengos.

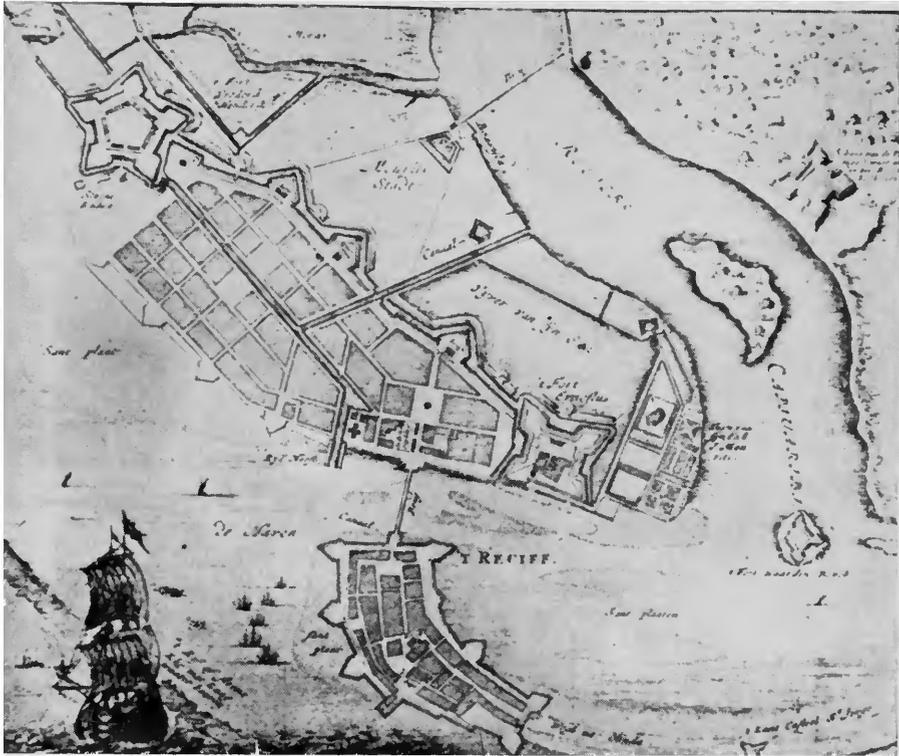
Com uma população comparável com a da cidade do Salvador, no ponto de vista numérico, o *Rio de Janeiro* seiscentista desenvolveu-se graças aos engenhos de açúcar “que lhe esboçaram a riqueza e lhe dividiram as terras das primeiras glebas, radicando as famílias originárias que haviam de constituir o núcleo de sua população. E’ o tempo em que a cidade, na ânsia de crescimento, rompe os limites estreitos do morro onde a localizara Mem de Sá, e desce para a Várzea, derrama-se pelos vales apertados entre os montes, firmando as diretrizes materiais do seu desenvolvimento urbano, traçando as ruas primitivas que até hoje perduram. Erguem-se os templos e conventos, expressão do espírito religioso da época, antes de serem construídos palácios. Em tórno dos engenhos de açúcar, representando a vida econômica, e das igrejas, centros da vida espiritual, desdobra-se a trama da cidade. Ao longo da ribeira do mar, plantam-se os antigos trapiches, portas de comércio. E para a defesa contra os inimigos que viriam do mar, levantam-se as fortificações primitivas, que foram as bases das que ainda hoje guardam a cidade” (20).

Em relação aos dois centros urbanos rivais — *Olinda* e *Recife* temos, para os meados do século XVII, pelo menos os valiosos depoimentos de GASPAR BARLÉU (21) e JOAN NIEUHOF (22). A primeira — com o seu sítio acidentado, “por amor das colinas que ela abrange no seu perímetro” — teria mais de 2.000 hab., sem contar os escravos e os membros do clero, sendo que daqueles “cêrca de duzentos passavam por ser muito ricos”, notabilizando-se “por belos edifícios e templos”. Depois da tomada de Olinda pelos

(20) — COARACY (Vivaldo), *O Rio de Janeiro no Século 17*, pág. 9, Liv. José Olímpio, Rio, 1944.

(21) — BARLÉU (Gaspar), *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o govêrno do ilustríssimo João Maurício, Conde de Nassau*, trad. brasileira de Cláudio Brandão, ed. Ministério da Educação, Rio, 1940.

(22) — NIEUHOF (Joan), *Memorável viagem marítima e têrrestre ao Brasil*, trad. brasileira de Moacir Vasconcelos, Liv. Martins, São Paulo, 1942.



O povoado do Recife e à Cidade Maurícia

As origens do Recife remontam ao século XVI, quando na pequena ilha (bem defendida por uma linha de recifes) veio a surgir uma povoação de pescadores. Depois da invasão dos holandeses, para ali afluíu grande parte da população de Olinda, aumentando-lhe a importância. Todavia, o que alterou completamente o seu destino foi a construção da *Cidade Maurícia* ou *Mauritzstadt* na ilha vizinha — a de Antônio Vaz, com seu plano geométrico e seu faustoso Palácio de Friburgo, residência oficial do Conde Maurício de Nassau. Após a expulsão dos invasores, teve lugar a fusão dos dois núcleos num só aglomerado, o qual, em 1709, obteve as honras de vila, sob o nome de *Santo Antônio do Recife*, dando margem ao episódio cruelto da chamada “Guerra dos Mascates”. — A planta acima, correspondente aos meados do século XVII, figura na obra de JOAN NIEUHOF.

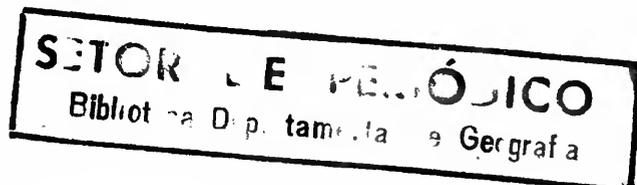
holandeses, muitos de seus habitantes, especialmente comerciantes, estabeleceram-se no Recife, “onde levantaram magníficas construções”, cujo número chegou a ser de 2.000; na face oriental da ilha de Antônio Vaz fêz erguer Maurício de Nassau um outro aglomerado — a *Cidade Maurícia*, bem defendida por fortificações, que foi ligada por meio de pontes ao núcleo primitivo e ao continente. Dispunha de um vasto parque (repleto de coqueiros, limoeiros, cideiras, romanzeiras e figueiras), no centro do qual elevava-se o Palácio de Friburgo, “edifício de aspecto nobre que, ao que se diz, custou 600.000 florins”. Fronteiro à ilha de Antônio Vaz, no continente, ficava o Palácio da Boa Vista, “agradabilíssima residência de verão” do governador holandês. No ano de 1654, quando se inventariou o material bélico deixado pelos invasores recém-expulsos, registrou-se a presença de 464 prédios, dos quais 242 assobradados (23), o que nos leva a supor que o Recife desta época teria, provavelmente, uma população de 3 a 4.000 hab.

Muito longe dêsse esplendor estariam os demais centros urbanos atrás citados — *São Paulo*, *Belém* e *São Luís*. Basta dizer que a “capital do Bandeirismo”, não passava de um lugarejo humilde, um “arraial de sertanistas” — como a definiu ERNANI SILVA BRUNO (24); “o que se chama hoje centro era, por assim dizer, tôda a cidade de então, com suas tortuosas ruas serpenteando no cabêço da colina, estreitas num ponto, largas noutro, recortadas de casas baixas de enormes beiradas de telhados a protegerem as paredes de taipa, branqueadas, quando o eram, de tabatinga” (25). São Paulo seiscentista não teria alcançado, em sua população, a cifra de 2.000 hab.

(23) — Cf. CASTRO (Josué de), *A cidade do Recife*, pág. 157, Liv. Ed. Casa do Estudante do Brasil, Rio, 1954.

(24) — BRUNO (Ernani Silva), *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, vol. I, Liv. José Olímpio, Rio, 1953.

(25) — LUIS (Washington), *Capitania de São Paulo*, págs. 25-26, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1938.



IV

VILAS E CIDADES NO SÉCULO XVIII

A obra de urbanização alcança o interior Ao contrário do que acontecera no século XVII, registraram-se modificações substanciais no panorama urbano do Brasil no decorrer do setecentismo. A obra de urbanização conseguiu libertar-se definitivamente da orla atlântica, em consequência da expansão povoadora e da conquista de larga porção do Planalto Brasileiro e da própria Amazônia. A análise do mapa das vilas e cidades do século XVIII demonstra, de maneira evidente, a penetração do Bandeirismo, o povoamento da Chapada Diamantina e do vale médio do rio São Francisco, a expansão pastoril no sertão do Nordeste, a obra dos missionários na Amazônia e, em menor escala, a influência do chamado “ciclo do luar” e da conquista de caráter militar levada a efeito no extremo sul.

No Planalto Brasileiro, as vilas “bocas de sertão” chegaram a fixar-se a 400 e 500 km do oceano, particularmente em terras mineiras e baianas, se bem que “sentinelas” avançadas mas isoladas da onda urbanizadora pudessem ser encontradas a mais de 1.000 km, em terras de Goiás e de Mato Grosso. Por outro lado, na conquista da Amazônia, êsses postos vanguardeiros do povoamento atingiram a margem direita do baixo Javari, na atual fronteira com o Peru, 2.000 km continente a dentro. Se deixarmos de lado os casos das vilas isoladas do extremo sul (São Pedro do Rio Grande) e dos sertões do Planalto Central, como também o caso especial do povoamento da Amazônia, nitidamente linear porque fluvial, poderemos considerar como *bocas do sertão*, verdadeiras balizas do povoamento, as seguintes vilas do setecentismo: Lajes, Castro, Itapeva, Pôrto Feliz, Mogi-Mirim, Campanha, Itapeçerica (antigo arraial de São Bento do Tamanduá), Pitanguí, Sêro, Minas Novas, Jacobina, Senhor de Bonfim, Crato, Viçosa do Ceará e Monção.

Dentre as áreas de mais intensa urbanização, duas se destacavam por apresentarem uma relativa continuidade: 1. a que poderemos denominar de *região baiano-nordestina*, estendendo-se desde a Baixada Maranhense até o baixo Mucurí, com maior penetração no sertão do Nordeste Oriental e no trecho situado ao norte do Recôncavo baiano; 2. a que poderemos chamar de *região paulista-mineiro-fluminense*, estendendo-se desde a foz do rio Doce até a ilha de São Francisco, com maior penetração na área áureo-diamantífera de Minas Gerais e no planalto paulista-paranaense. As demais áreas de urbanização apareciam como se fôsem “ilhas”, sendo numerosos e expressivos os exemplos, tanto na orla marítima, como no Planalto Brasileiro e na Planície Amazônica.

Outro aspecto que impressiona é a extraordinária proliferação das vilas, pois nada menos de 118 foram criadas no século XVIII, de maneira particular no terceiro quartel desta centúria, sob o reinado de D. José I, quando 57 povoações viram-se elevadas à categoria de vilas. Por isso mesmo, teve razão FERNANDO DE AZEVEDO quando afirmou:

“...se o século XVII, o das Bandeiras, foi o século da expansão territorial, da conquista e do povoamento, o século do ouro, o XVIII foi, com o declínio do patriarcalismo rural, no norte, e do movimento das Bandeiras, ao sul, o século do desenvolvimento das cidades, onde se formara e já ganhava corpo a nova classe burguesa, ansiosa de domínio, e já bastante forte para enfrentar o exclusivismo das famílias de donos de terras”.
(26).

As cidades do século XVIII

No que se refere às cidades, parcimoniosa continuou a ser a metrópole portuguesa. Apenas três novas foram criadas:

1. *São Paulo*, em 1711, como reflexo da importância territorial que passara a ter a Capitania em virtude da expansão bandeirante, que lhe assegurara o domínio de quase um terço do atual território brasileiro;

* (26) — AZEVEDO (Fernando de), *A Cultura Brasileira*, 2ª. ed., pág. 68.



Mariana, primeira cidade de Minas Gerais

Num aprazível anfiteatro criado pelas montanhas e através do qual rumoreja o ribeirão do Carmo, veio a se formar um movimentado *arraial* de mineradores, ao findar-se o século XVII. No mês de abril de 1711, tão rápido fôra seu crescimento, transformou-se na *Vila Leal de Nossa Senhora do Carmo*. Apesar de decadente em virtude das periódicas inundações do curso d'água a que se ligara, foi escolhida como sede de Bispado e, para tal fim, elevada à categoria de cidade, em abril de 1745, com o nome de *Mariana*, em homenagem à Rainha Dona Maria Ana d'Áustria, espôsa de Dom João V, Rei de Portugal. Quis o destino que lhe tocasse, assim, a honra de ser a primeira cidade criada em Minas Gerais e nessa posição de destaque se manteve até 1823, quando Vila Rica passou a ser a cidade de Ouro Preto. Ainda hoje ali se respira a atmosfera dos tempos coloniais, não apenas por suas igrejas e sobrados, como também pelas numerosas oficinas de ferreiros, seleiros, sapateiros, alfaiates, etc., que lhe garantem a sobrevivência e dão-lhe um traço particular, que Ouro Preto desconhece (Fotos do autor — 1955).

2. *Mariana*, em 1745, em plena área da mineração, três décadas antes transformada de simples arraial na “Vila Leal de Nossa Senhora do Carmo”, elevada à categoria de cidade menos por sua importância regional (Vila Rica a sobrepujava), do que pelo fato de haver sido escolhida como sede de um Bispado, o que exigia aquela condição;

3. *Oeiras*, em 1761, a antiga Vila do Mocha, sede do grande latifúndio pastoril que os Jesuítas haviam recebido por herança de Domingos Afonso Mafrense, o “Sertão”, mas que a dissolução da Companhia de Jesús havia feito passar para o domínio da Corôa, no momento sob a influência do Conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal.

Por conseguinte, a vaidade de um poderoso ministro e as exigências da Igreja foram as responsáveis pela elevação algo imerecida de duas vilas brasileiras à categoria de cidades, em detrimento de outras que maiores razões possuíam para receber tal galardão. Apenas o caso de São Paulo parece-nos perfeitamente justificado, quando se analisa com frieza tais medidas da metrópole; tinha mais de 150 anos de existência e era, no momento, a “cabeça” de um vastíssimo território, que seus filhos haviam desbravado e conquistado à custa de sacrifícios inauditos.

Encerrou-se o século XVIII com a presença de somente 10 cidades em toda a enorme extensão do território brasileiro, cujas fronteiras praticamente coincidiam com as que hoje possuímos.

Repartição geográfica das vilas setecentistas No que diz respeito às vilas, foi a seguinte a sua repartição tendo em vista as regiões brasileiras hoje admitidas:

| <i>Datas</i> | <i>Denominações (original e atual)</i> | <i>Unidade atual</i> |
|--------------|--|----------------------|
|--------------|--|----------------------|

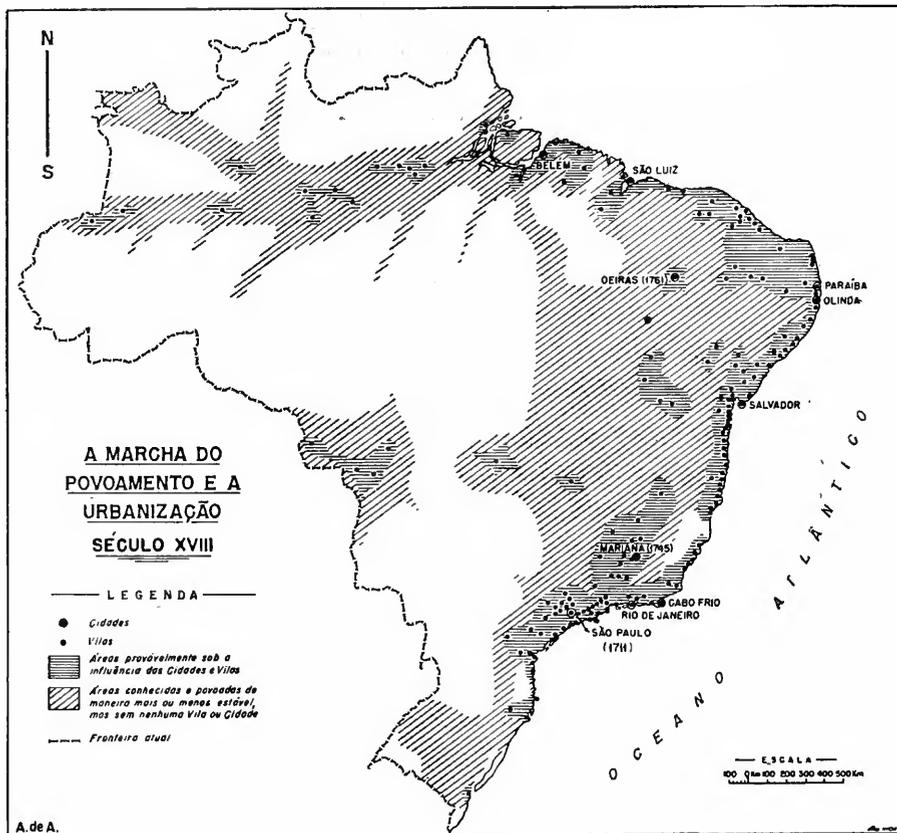
REGIÃO NORTE:

| | | |
|------|-------------------|----------|
| 1752 | 1. Macapá | Amapá |
| 1753 | 2. Ourém | Pará |
| 1754 | 3. Santarém | Pará |
| 1756 | 4. Borba | Amazonas |
| 1757 | 5. Barcelos | Amazonas |
| 1758 | 6. Óbidos | Pará |

| <i>Datas</i> | <i>Denominações (original e atual)</i> | <i>Unidade atual</i> |
|--------------|---|----------------------|
| 1758 | 7. Vila Nova del Rei, atual Curuçá | Pará |
| 1758 | 8. Monte Alegre | Pará |
| 1758 | 9. Alenquer | Pará |
| 1758 | 10. São João Batista de Faro, atual Faro | Pará |
| 1758 | 11. Chaves | Pará |
| 1759 | 12. Serpa, atual Itacoatiara | Amazonas |
| 1759 | 13. Olivença, atual São Paulo de Olivença | Amazonas |
| 1759 | 14. Ega, atual Tefé | Amazonas |
| 1759 | 15. São José do Javari, atual Benjamin Constant | Amazonas |
| 1790 | 16. Vila da Barra do Rio Negro, atual Manaus | Amazonas |
| 1798 | 17. Vila Nova da Rainha, atual Maués | Amazonas |

REGIÃO NORDESTE:

| | | |
|------|--|---------------------|
| 1709 | 1. Santo Antônio do Recife, atual Recife | Pernambuco |
| 1712 | 2. Vila do Mocha, atual Oeiras ... | Piauí |
| 1726 | 3. Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção do Ceará Grande, atual Fortaleza | Ceará |
| 1736 | 4. Icó | Ceará |
| 1747 | 5. São José do Aracati, atual Aracati | Ceará |
| 1755 | 6. Soure | Ceará |
| 1757 | 7. Monção | Maranhão |
| 1757 | 8. Viana | Maranhão |
| 1758 | 9. Vila Viçosa, atual Tutóia | Maranhão |
| 1758 | 10. Mecejana | Ceará |
| 1758 | 11. Vila Real do Crato, atual Crato | Ceará |
| 1759 | 12. Porangaba | Ceará |
| 1759 | 13. Vila Nova de Arronches, atual Arronches | Ceará |
| 1759 | 14. Vila Viçosa Real d'América, atual Viçosa do Ceará | Ceará |
| 1760 | 15. Estremós | Rio Grande do Norte |
| 1762 | 16. São João do Parnaíba, atual Parnaíba | Piauí |



Povoamento e urbanização do Brasil, no século XVIII

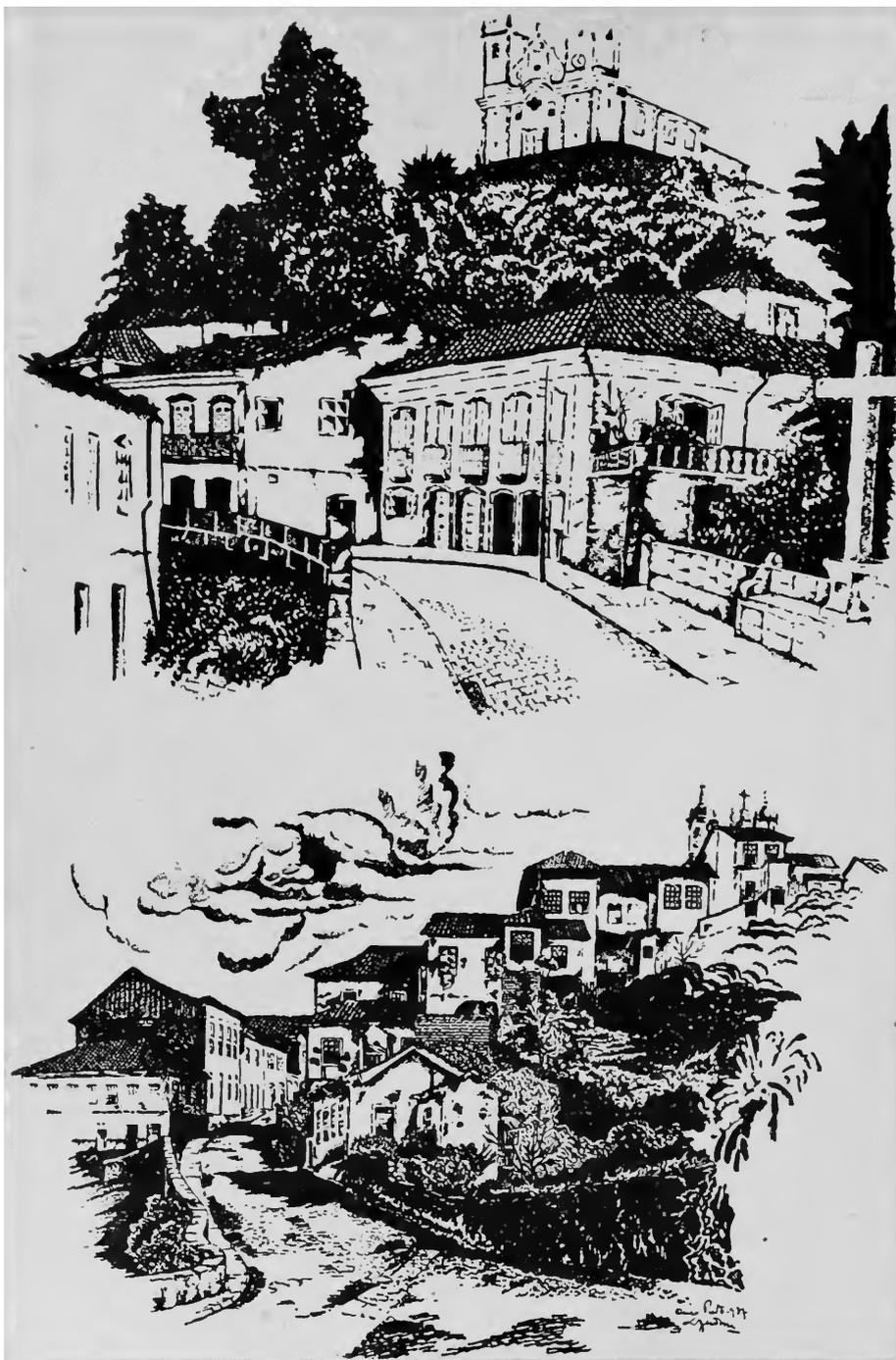
Comparados com o século anterior, o povoamento e a urbanização apresentaram notáveis diferenças no setecentismo. Prosseguiu em ritmo acelerado a conquista da Amazônia e do Planalto Brasileiro, multiplicando-se as vilas através de ambas essas grandes regiões. A orla litorânea perdeu o privilégio de ser a principal área de urbanização do país.

| <i>Datas</i> | <i>Denominações (original e atual)</i> | <i>Unidade atual</i> |
|--------------|--|----------------------|
| 1762 | 17. São José do Rio Grande, atual São José de Mipibú | Rio Grande do Norte |
| 1764 | 18. Monte Mór o Novo da América, atual Baturité | Ceará |
| 1764 | 19. Vila Real de Bragança, atual Atalaia | Alagoas |
| 1766 | 20. Vila Nova da Princesa, atual Açú | Rio Grande do Norte |
| 1772 | 21. Pombal | Paraíba |
| 1773 | 22. Sobral | Ceará |
| 1776 | 23. Granja | Ceará |
| 1789 | 24. Campo Maior de Santo Antônio de Quixeramobim, atual Quixeramobim | Ceará |
| 1790 | 25. Vila Nova da Rainha, atual Campina Grande | Paraíba |
| 1799 | 26. Poxim | Alagoas |
| 1800 | 27. Vila Real de São João, atual São João do Cariri | Paraíba |
| 1800 | 28. Vila Nova de Sousa, atual Sousa | Paraíba |

REGIÃO LESTE:

| | | |
|------|---|----------------|
| 1701 | 1. Santo Antônio do Rio das Caravelas, atual Caravelas | Bahia |
| 1711 | 2. Vila Leal de Nossa Senhora do Carmo, atual Mariana | Minas Gerais |
| 1711 | 3. Vila Real de Sabará, atual Sabará | Minas Gerais |
| 1711 | 4. Vila Rica, atual Ouro Preto .. | Minas Gerais |
| 1712 | 5. São João del Rei | Minas Gerais |
| 1714 | 6. Vila do Príncipe, atual Sêrro . | Minas Gerais |
| 1714 | 7. Vila Nova da Rainha do Caeté do Mato Dentro, atual Caeté . | Minas Gerais |
| 1715 | 8. Vila Nova do Infante, atual Pitangui | Minas Gerais |
| 1716 | 9. Vila Nova de Benevente, atual Anchieta | Espírito Santo |
| 1718 | 10. São José del Rei, atual Tiradentes | Minas Gerais |
| 1722 | 11. Jacobina | Bahia |

| <i>Datas</i> | <i>Denominações (original e atual)</i> | <i>Unidade atual</i> |
|--------------|---|----------------------|
| 1724 | 12. Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio de Contas, atual Livramento do Brumado | Bahia |
| 1725 | 13. Maragogipe | Bahia |
| 1727 | 14. Santo Amaro da Purificação, atual Santo Amaro | Bahia |
| 1728 | 15. Cachoeira da Abadia | Bahia |
| 1728 | 16. Itapicurú de Cima, atual Itapicurú | Bahia |
| 1728 | 17. Inhambupe | Bahia |
| 1730 | 18. Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas do Fanado, atual Minas Novas | Minas Gerais |
| 1732 | 19. Barra do Rio de Contas, atual Itacaré | Bahia |
| 1733 | 20. Vila Nova de Santo Antônio do Rio de São Francisco, atual Neópolis | Sergipe |
| 1745 | 21. Minas do Rio de Contas, atual Rio de Contas | Bahia |
| 1746 | 22. Urubú, atual Paratinga | Bahia |
| 1748 | 23. Vila Viçosa, atual Viçosa | Bahia |
| 1752 | 24. São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande, atual Barra | Bahia |
| 1754 | 25. Pombal, atual Ribeira do Pombal | Bahia |
| 1755 | 26. Alcobaça | Bahia |
| 1755 | 27. Soure, atual Nova Soure | Bahia |
| 1758 | 28. Espírito Santo de Nova Abrantes, atual Abrantes | Bahia |
| 1758 | 29. Vila Nova de Olivença, atual Olivença | Bahia |
| 1758 | 30. Vila Nova de Tomar, atual Lagarto | Sergipe |
| 1758 | 31. Santarém, atual Ituberá | Bahia |
| 1759 | 32. Espírito Santo da Vila Verde, atual Vale Verde | Bahia |
| 1759 | 33. Trancoço | Bahia |
| 1760 | 34. Vila Nova de Almeida, atual Nova Almeida | Espírito Santo |
| 1761 | 35. Marau | Bahia |



Vila Rica, reliquia do século XVIII

Oriunda da aglutinação de dois "arraiais" — o de Ouro Preto e o de Antônio Dias, Vila Rica foi elevada a esta categoria em 1711, tal como Mariana e Sabará. Viveu dias agitados, conheceu o ouro a mancheias e cresceu vertiginosamente, em poucas décadas, tendo chegado a abrigar 30.000 hab., quando em plena glória, no século XVIII. Em fins do setecentismo, porém, começou a conhecer o amargor da decadência, chegando mesmo a ser denominada irônicamente de Vila Pobre... Vivos se tornaram, então, os inconvenientes de seu áspero sítio urbano, com aquele nunca-acabar de morros e de ladeiras íngremes. Mas soube preservar as maravilhas da arte colonial, ali acumuladas no número espantoso de suas Igrejas, em seus chafarizes, suas pontes, seus casarões apalaçados. Quem hoje visita Ouro Preto sente-se, mesmo que o não queira, transportado para o Brasil colonial — conforme muito bem o atestam os desenhos de Luís Jardim, aqui reproduzidos.

| <i>Datas</i> | <i>Denominações (original e atual)</i> | <i>Unidade atual</i> |
|--------------|--|----------------------|
| 1764 | 36. Vila do Prado, atual Prado . . . | Bahia |
| 1765 | 37. Belmonte | Bahia |
| 1769 | 38. São José do Pôrto Alegre, atual Mucuri | Bahia |
| 1772 | 39. Vila Nova de São José del Rei, atual São Barnabé (?) | Rio de Janeiro |
| 1789 | 40. Magé | Rio de Janeiro |
| 1789 | 41. Itapecerica | Minas Gerais |
| 1790 | 42. Vila Real de Queluz, atual Conselheiro Lafaiete | Minas Gerais |
| 1791 | 43. Barbacena | Minas Gerais |
| 1797 | 44. Vila Nova da Rainha, atual Senhor do Bonfim | Bahia |
| 1798 | 45. Vila da Princesa da Beira, atual Campanha | Minas Gerais |
| 1798 | 46. Paracatú do Príncipe, atual Paracatú | Minas Gerais |
| 1799 | 47. Valença | Bahia |
| 1800 | 48. Propriá | Sergipe |

REGIÃO SUL:

| | | |
|------|---|-------------------|
| 1705 | 1. Nossa Senhora do Bom Sucesso de Pindamonhangaba, atual Pindamonhangaba | São Paulo |
| 1714 | 2. Laguna | Santa Catarina |
| 1726 | 3. Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis | Santa Catarina |
| 1751 | 4. São Pedro do Rio Grande, atual Rio Grande | Rio Grande do Sul |
| 1767 | 5. São José do Paraíba, atual São José dos Campos | São Paulo |
| 1769 | 6. Itapeva da Faxina, atual Itapeva | São Paulo |
| 1769 | 7. São João Batista de Atibaia, atual Atibaia | São Paulo |
| 1769 | 8. São José de Mogí Mirim, atual Mogí-Mirim | São Paulo |
| 1770 | 9. Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga, atual Itapetininga | São Paulo |
| 1770 | 10. Paraitinga, atual São Luís do Paraitinga | São Paulo |

| <i>Datas</i> | <i>Denominações (original e atual)</i> | <i>Unidade atual</i> |
|--------------|---|----------------------|
| 1771 | 11. Santo Antônio das Minas de Apiaí, atual Apiaí | São Paulo |
| 1771 | 12. Vila Nova de São Luís de Guaratuba, atual Guaratuba | Paraná |
| 1774 | 13. Lajes | Santa Catarina |
| 1785 | 14. Cunha | São Paulo |
| 1788 | 15. Nossa Senhora da Piedade de Lorena, atual Lorena | São Paulo |
| 1797 | 16. São Carlos, atual Campinas ... | São Paulo |
| 1797 | 17. Pôrto Feliz | São Paulo |
| 1797 | 18. Nova Bragança, atual Bragança Paulista | São Paulo |
| 1797 | 19. Antonina | Paraná |
| 1798 | 20. Castro | Paraná |

REGIÃO CENTRO-OESTE:

| | | |
|------|---|-------------|
| 1727 | 1. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, atual Cuiabá .. | Mato Grosso |
| 1736 | 2. Vila Boa, atual Goiás | Goiás |
| 1752 | 3. Vila Bela da Santíssima Trindade do Mato Grosso, atual Mato Grosso | Mato Grosso |
| 1778 | 4. Vila Maria do Paraguai, atual Cáceres | Mato Grosso |
| 1780 | 5. São Pedro del Rei, atual Poconé | Mato Grosso |

Se confrontarmos esta longa, talvez cansativa mas impressionante relação com a referente ao século XVII, alguns fatos ressaltarão sem demora. Em primeiro lugar, a urbanização do *Centro-Oeste*, ausente em todo o seiscentismo, e, dentro dessa região, a posição destacada de Mato Grosso, com suas 4 vilas. Além disso, impressiona sem nenhuma dúvida a transformação verificada em relação à *Região Norte*: das 3 vilas criadas no século XVII passou a possuir um total de 20, testemunhando a existência de uma política urbanizadora (um tanto forçada e quase sempre artificial) da metrópole portuguesa em face da vastidão amazônica, certamente inspirada por motivos que hoje classificariamos como geo-políticos : a confirmação do princípio do “uti-possidetis”, que o tratado



São Paulo no século XVIII — “formosa, mas sem dote”

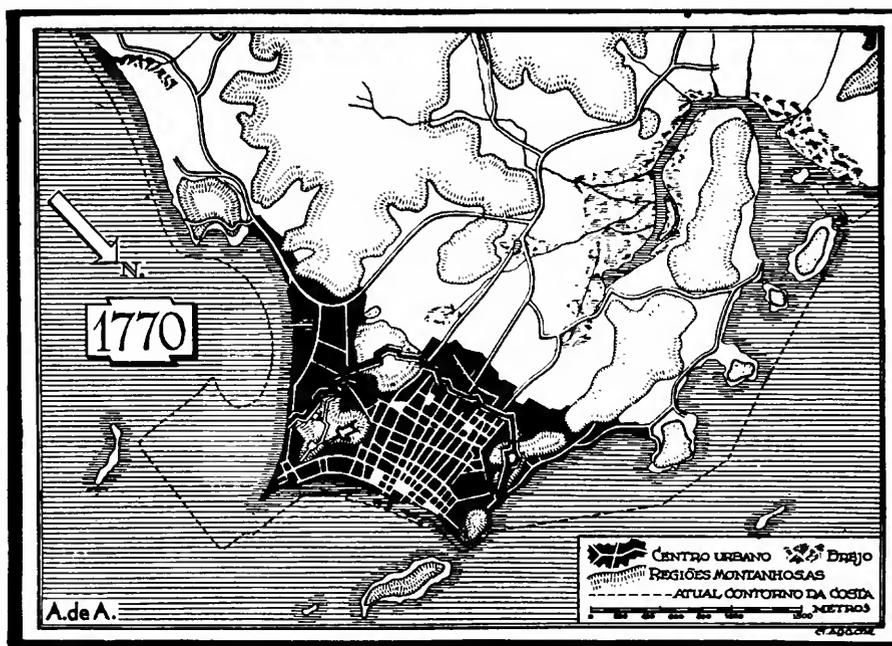
A vila de São Paulo, transformada no século XVII em “capital” do Bandeirismo, foi elevada à categoria de cidade em 1711 e passou a ser a “cabeça” de um território equivalente a uma terça parte do Brasil atual. Nem por isso desenvolveu-se ou conheceu dias de riqueza e de glória. Pelo contrário, viu seus filhos (sobretudo os moços e os homens maduros) partirem em busca de ouro e de pedras preciosas, sem que inúmeros deles jamais regressassem, “mortos no sertão”. Visitando-a por volta de 1737, GOMES FREIRE DE ANDRADE considerou-a simplesmente “formosa, mas sem dote”... No desenho que acima reproduzimos, Selh conseguiu dar-nos uma idéia do que seria essa cidade semi-despovoada, onde só se viam velhos, mulheres e crianças.

de Madri (1750) consagrara. Todavia, mais fortemente fere nossa atenção a intensa obra de urbanização registrada na *Região Nordeste* (que somente possuía 3 vilas no século XVI, 9 no século XVII e que passou a contar com 37 no século XVIII, além de 4 cidades) e, sobretudo, a que se verificou na *Região Leste*, que passou de 6 vilas no quinhentismo para 20 no século XVII e nada menos de 68 no setecentismo, ao lado de suas 4 cidades.

O fato que acabamos de assinalar é mais chocante se lembrarmos que o Leste e o Sul se haviam equilibrado no século XVII (quando foram criadas 14 vilas, em cada uma dessas regiões), embora a *Região Leste* estivesse à frente quanto ao total, com uma diferença mínima (20 no Leste e 19 no Sul). Ora, no século XVIII, a *Região Sul* assistiu à criação de apenas 20 novas vilas, isto é, bem menos da metade do total registrado no Leste, que foi de 48. Demonstra tal circunstância aquilo que a História já constatou: deslocara-se para o Leste brasileiro o eixo econômico, social e demográfico da então Colônia, graças ao ciclo do ouro e das pedras preciosas, tornando-se a cidade do Rio de Janeiro, em virtude de contingências inevitáveis, o centro da vida colonial, em detrimento da cidade do Salvador. “Nenhuma atividade econômica teve maior influência na criação e no desenvolvimento das cidades do interior e, portanto, na produção do fenômeno urbano — observa, com razão, FERNANDO DE AZEVEDO — do que a indústria mineradora, não só na região das “minas gerais”, como, pelas suas repercussões, sobre o centro comercial e político que deslocou para o Rio de Janeiro e contribuiu para desenvolver e diferenciar, no sentido urbano” (27).

A posição relativamente fraca da *Região Sul* nessa obra de urbanização (o que, sob certos aspectos, deve ser considerado um índice de decadência) pode ser facilmente explicada: não possuía ela, no setecentismo, nenhuma riqueza econômica que justificasse a manutenção do ritmo anterior de seu crescimento demográfico e urbano e, muito menos, que pudesse se ombrear com a pujança da *Região Leste*; além disso, o povoamento de largo trecho do Leste e do Centro-Oeste foi realizado graças aos elementos humanos partidos de São Paulo, através das sucessivas levas que deixaram o

(27) — AZEVEDO (Fernando de), obra cit., pág. 69.



O Rio de Janeiro no setecentismo

O século XVIII foi decisivo para a cidade do Rio de Janeiro: passou a contar com o Palácio dos Governadores e o aqueduto da Carioca, viu multiplicarem-se os seus chafarizes, arrazar-se o morro das Mangueiras, aterrarem-se as lagoas da Pavuna e do Boqueirão, abrirem-se novas ruas (no rumo da Glória e, sobretudo, para oeste); o Passeio Público tomou o lugar da lagoa do Boqueirão, para gáudio de seus habitantes; e, a partir de junho de 1763, tornou-se a residência dos Vice-Reis e passou a ser a capital brasileira. Ao findar o setecentismo teria pouco mais de 40.000 hab.

planalto, a partir de fins do século XVII, em busca do ouro e das pedras. São Paulo setecentista enfraqueceu-se em benefício das novas áreas abertas ao povoamento, dando-lhes preciosa parcela de suas energias vitais — os homens moços e maduros do Bandeirismo; sua obra urbanizadora fêz-se sentir não apenas dentro das fronteiras de seu atual território, mas no vasto âmbito da então Capitania, isto é, em Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina, onde 25 novas vilas foram criadas no século XVIII.

Do total das vilas criadas no decorrer do setecentismo, somente o atual território da Bahia foi aquinhoadado com 27, o que equivale a quase 23% do total. Minas Gerais recebeu 14, São Paulo e o Ceará passaram a contar com 13, cada um, e o Pará e o Amazonas com 8, cada um. Em contraposição, choca-nos a fraquíssima urbanização de Pernambuco: uma só vila — a do Recife, no decurso de todo um século, fato realmente impressionante para o qual não conseguimos encontrar explicação satisfatória (mesmo levando em conta o caráter anti-urbano dos engenhos de açúcar), mormente se verificarmos o que se registrou no Ceará e, em escala menor, nos demais atuais Estados do Nordeste Oriental.

Os maiores centros urbanos do século XVIII Quando se procura verificar quais teriam sido os mais importantes centros urbanos do Brasil setecentista, torna-se indispensável fazer uma distinção preliminar: examinar separadamente as duas metades do século XVIII, tamanhas e tão profundas foram as alterações ocasionadas pelo ciclo da mineração.

Na primeira metade do século, a cidade do *Salvador* continuava a brilhar sem competidor; segundo ROCHA PITTA, que publicou a “História da América Portuguesa” em 1730, sua população seria de 28.000 hab., sendo ainda, incontestavelmente, a verdadeira metrópole do Brasil de então. De acôrdo com os dados do citado historiador coévo, seguir-se-lhe-iam: a cidade do *Rio de Janeiro*, com 10.000 hab.; a vila do *Recife*, com 7.000; a cidade de *Belém do Pará*, com 4.000; as cidades de *São Luís* e de *Olinda*, como também a vila de *Santos*, tôdas com população entre 2.000 e 3.000 hab. São Paulo não aparece nesta relação; depauperada pelo êxodo de seus filhos, era aquela cidade “formosa, mas sem dote” a



Uma visão do Rio de Janeiro no século XVIII

No Rio de Janeiro setecentista, ao lado das casas térreas (que eram as mais comuns), multiplicaram-se os sobrados de um e dois andares, com balcões de frente e água furtada. Por suas ruas andavam as “traquitanas”, as “seges”, as “cadeirinhas” e os “palanquins”. Os fidalgos usavam o chapéu armado, a rabona de veludo e sapatos que ostentavam fivelas de ouro ou prata, ao mesmo tempo que exibiam diamantes e topásios no laço das jarreteiras. — O desenho acima é de autoria de Seth e, como outros reproduzidos neste trabalho, figura na obra intitulada “O Brasil pela Imagem” (ed. Indústria do Livro Ltda., Rio, 1943).

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reg. 1968

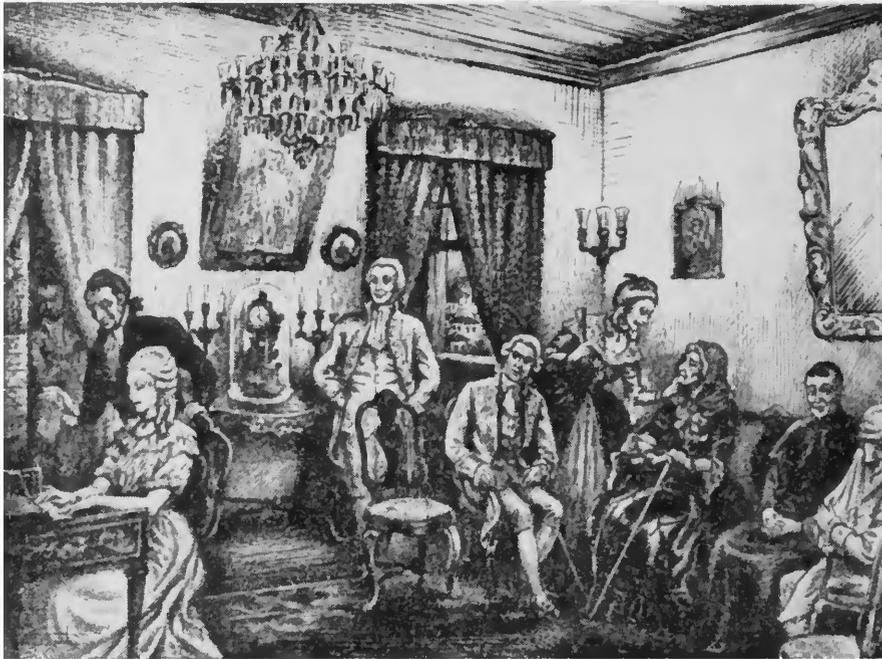
que se referiu GOMES FREIRE DE ANDRADE, pela mesma época.

Na segunda metade do setecentismo, a cidade do *Salvador* veio encontrar no *Rio de Janeiro* sua grande rival, não tendo podido evitar a “capitis diminutio” que significou a transferência da capital da Colônia, levada a efeito em 1763. Todavia, ao findar o século, talvez ainda a sobrepujasse, com cêrca de 50.000 hab., ao passo que o Rio de Janeiro teria pouco mais de 40.000. Ao lado dessas duas cidades rivais — que eram, sem sombra de dúvida, as “cabeças” do Brasil setecentista —, outros aglomerados ocupavam posição de relativo destaque: *Vila Rica*, que teria chegado a abrigar 30.000 hab. no período áureo da mineração, embora estivesse a morrer lentamente, ao findar o século; *Cuiabá*, *São Luís do Maranhão* e *Belém do Pará*, todos com mais de 10.000 hab. A essa relação talvez pudéssemos acrescentar alguns outros centros urbanos: *Recife*, *Olinda*, *São João del Rei*, *Mariana*, *São Paulo*, *Desterro*. A capital paulista continuava a ser, apenas, “fôrmosa, mas sem dote”... (28).

De todos êsses centros urbanos, no século que vimos focalizando, tomaremos dois exemplos bem diferentes, que nos parecem simbólicos, representando cada qual um tipo de evolução, uma estrutura orgânica e funções diversas, que acabaram por se refletir nos seus próprios destinos.

Rio de Janeiro simbolizava a cidade-pôrto, que crescera paulatinamente desde os dias longínquos de Mem de Sá, no século XVI, quando não tinha mais de 150 habitantes brancos e se encarapitava no morro do Castelo. Conquistou, depois, pouco a pouco, a planície sedimentar circunvizinha e começou a expandir-se no rumo de oeste, exatamente onde podia encontrar espaços livres, por entre a morraria do Maciço Carioca. O século XVIII foi-lhe decisivo: viu erguer-se o Palácio dos Governadores e o belíssimo aqueduto que ainda hoje podemos admirar; multiplicaram-se os seus chafarizes, arrazou-se o morro das Mangueiras, aterraram-se as lagoas da Pavuna e do Boqueirão, abriram-se novas ruas e o Passeio Público foi

(28) — JOHN MAWE, viajante inglês que nos visitou por volta de 1810, apresenta os seguintes dados referentes à população dos principais centros urbanos: Rio de Janeiro — 100.000 hab.; Salvador — 70.000; Cuiabá — 30.000; São Luís — 20.000; Vila Rica — 20.000; — São Paulo — 15 a 20.000; Belém — 10.000; São João del Rei — 5.000 (cf. *Viagens ao interior do Brasil*, ed. Zélio Valverde, Rio, 1944).



Vila Rica no apogeu de sua glória

Com a arte e a segurança nos detalhes, que caracterizam suas ilustrações, Seth procurou reconstituir aspectos significativos da vida de Vila Rica, em pleno século XVIII, quando alcançara o zênite de sua glória: um de seus salões, onde o sociedade da época cult vava a música e a literatura, ao mesmo tempo que discutia política; e uma de suas inúmeras ladeiras, por onde passa um fidalgo em sua típica "cadeirinha", conduz da por escravos.

entregue ao uso e gôzo da população. A partir de junho de 1763, tornou-se a residência dos Vice-Reis e passou a ser a capital brasileira. “No centro, onde as ruas continuavam ainda muito estreitas — o que não era de todo desaconselhável num clima tropical — já as construções se faziam melhores, mais sólidas, mais acabadas; e nos bairros, embora as casas traissem certo grau de rusticidade, muitas vêzes com telhado de palha, amiudavam-se as chácaras e vivendas ajardinadas, onde se buscavam, pelo menos nos domingos e feriados, vida mais desafogada e ar mais desafogada e ar mais livre” (29). Ao lado das casas térreas (que eram as mais comuns), multiplicavam-se os sobrados de um e dois andares, com balcões de frente e água furtada. Por suas ruas andavam as “traquitanas” (de duas rodas), as “seges” (4 rodas), “cadeirinhas”, serpentinas” e palanquins”. Os fidalgos usavam o chapéu armado, a rabona de veludo e sapatos que ostentavam fivelas de ouro ou prata, ao mesmo tempo que exibiam diamantes e topázios no laço das jarreteiras (30). As impressões dos poucos viajantes estrangeiros que visitaram o Rio de Janeiro, no século XVIII, de que TAUNAY nos deu uma sùmula preciosa (31), e a reconstituição algo imaginosa feita por LUÍS EDMUNDO (32) habilitam-nos a fazer uma idéia mais ou menos fiel do que seria a capital brasileira de então — cheia dos mais inesperados contrastes, principal centro político-administrativo e escoadouro das riquezas procedentes de Minas Gerais.

Vila Rica simbolizava, pela mesma época, outro tipo inteiramente diferente de aglomerado urbano. Situada em pleno Planalto Atlântico, nas terras altas de Minas Gerais, a uns 300 km do oceano (vencidos em longas e penosas jornadas), era uma jovem perante os 200 e tantos anos do Rio de Janeiro: não fôra o resultado de uma fundação deliberada, como a cidade de Estácio de Sá; surgira espontâneamente, no limiar do próprio século XVIII, como resultado da aglutinação de arraiais de mineradores, enlouquecidos pela ânsia de extrair o ouro do cascalho fluvial. Dois dêsses arraiais acabaram por constituir as bases do aglomerado, transformado em vila no ano de 1711 — o de Ouro Preto e o de Antônio Dias, “na-

(29) — CRULS (Gastão), *Aparência do Rio de Janeiro* (Notícia histórica e descritiva da cidade), vol. I, pág. 194, Liv. José Olímpio, Rio, 1949.

(30) — Cf. CRULS (Gastão), obra cit., págs. 195, 199 e 200 do vol. I.

(31) — TAUNAY (Afonso de E.), *Rio de Janeiro de antanho* (Impressões de viajantes estrangeiros), Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1942.

(32) — EDMUNDO (Luís), *O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis*, Imprensa Nacional, Rio, 1932.

quele tempo separados por meia légua de mataria brava”, rivais pelos que lhes deram origem e pelos que, mais tarde, passaram a viver neles. Gente de tóda espécie, fidalgos e aventureiros do pior quilate, entulhavam a vila recém-criada, pequenina demais para aquela população de adventícios; e o ouro corria a granel, nas mãos dos habitantes livres, nas transações feitas pelos escravos, nas jóias e na indumentária, nas imagens e no revestimento interno das igrejas. Foi sòmente na segunda metade do século XVIII que Vila Rica passou a apresentar o aspecto que ainda hoje oferece e que faz dela uma verdadeira relíquia nacional; ergueu-se o novo Palácio em pedra argamassada, construíram-se as principais pontes e chafarizes, como também algumas de suas mais famosas igrejas (do Carmo, de São Francisco de Assis, do Rosário). Mas todo êsse frenesi teve pouca duração, porque não tardou chegasse a decadência da mineração; na bôca dos insatisfeitos, ao tempo de Tiradentes, seu nome foi alterado para o de Vila Pobre... Em menos de 50 anos havia atingido a população que o Rio de Janeiro levaria dois séculos para alcançar. Em compensação, em menos de 100 anos de existência passara do nada ao zênite e dêste à decadência, que os anos posteriores só vieram acentuar; ao passo que o Rio de Janeiro prosseguiu lenta mas seguramente em sua marcha ascensional. Diferentes quanto à situação geográfica, no que diz respeito ao sítio urbano (Rio de Janeiro fixando-se na planície, a evitar os morros; Vila Rica a corcovear por sôbre o atormentado relêvo do local em que se plantou), como diferentes em sua evolução, em suas funções, em seus próprios destinos (33).

(33) — A respeito da Ouro Preto continua a ocupar uma posição ímpar: BANDEIRA (Manuel), *Guia de Ouro Preto*, ed. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio, 1938.

NO CREPÚSCULO DO PERÍODO COLONIAL

As cidades da primeira vintena do século XIX Nos primeiros 22 anos do século XIX, que podemos considerar a derradeira etapa do período colonial, fêz-se mais, no que concerne à urbanização, do que em todo o século XVII: duas novas cidades e 44 vilas novas surgiram no panorama urbano do Brasil.

As duas novas cidades, que vieram totalizar o número de 12, situavam-se na Região Centro-Oeste e foram ambas elevadas a essa categoria no ano de 1818, época em que o nosso país já ostentava o título de Reino, unido a Portugal e aos Algarves:

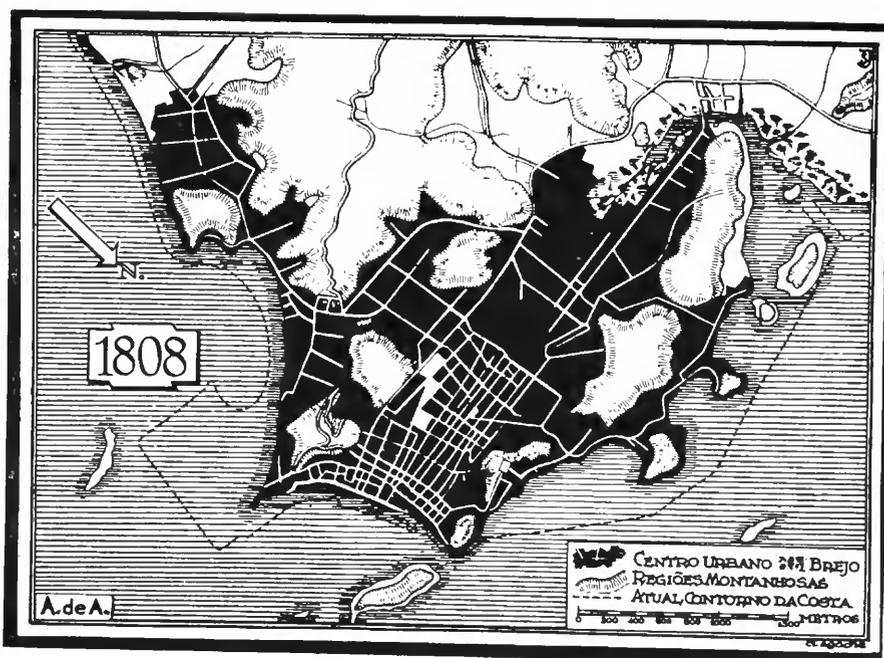
1. *Cuiabá*, a antiga Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, que conseguira, por sua situação geográfica, ofuscar a própria capital da capitania de Mato Grosso — Vila Bela;

2. *Goiás*, a antiga Vila Boa, capital da capitania de Goiás, surgida como a anterior em consequência do Bandeirismo minero, havia menos de um século.

Dessa maneira, ao encerrar-se o período colonial, assim se distribuíam as nossas cidades, sob o ponto de vista regional:

| | <i>Cidades</i> |
|---------------------------|----------------|
| Região Norte | 1 |
| Região Nordeste | 4 |
| Região Leste | 4 |
| Região Sul | 1 |
| Região Centro-Oeste | 2 |

Por mais que procuremos encontrar uma explicação para essa repartição geográfica das cidades brasileiras, não o conseguimos dentro da evolução histórica e econômica ou da própria lógica. Afigura-se-nos profundamente injusta a posição do Sul — com seu po-



O Rio de Janeiro na primeira década do século XIX

Na primeira década do século passado, a cidade do Rio de Janeiro estendia-se decididamente no rumo de oeste (onde surgira a chamada “Cidade Nova”, em substituição aos antigos manguesais) e, para o sul, ultrapassara o outeiro da Glória, atingindo o Flamengo. Os melhoramentos e benefícios que recebeu, com a chegada da família real portuguesa (1808), asseguraram-lhe definitivamente o primeiro posto entre as cidades brasileiras da época.

voamento antigo e suas quatro dezenas de vilas —, colocado no mesmo pé de igualdade com a Região Norte — com sua população rarefeita e suas escassas 20 vilas, na maioria simples lugarejos. E a injustiça maior se torna se atentarmos para o caso do Centro-Oeste, um “deserto” humano como a Amazônia, mas possuidor de duas cidades. O capricho dos governantes ou, quem sabe, circunstâncias eventuais podem explicar a repartição geográfica dessas 12 cidades brasileiras.

Cumpra assinalar que a vila de *Pôrto Alegre* foi elevada à categoria de cidade no ano de 1822, mas já sob o Império. Aliás, percebe-se que nossa emancipação política abriu excelente oportunidade para a ereção de novas cidades, dentro de uma compreensível política de fortalecimento da unidade nacional ou no desejo de sanar algumas injustiças. Basta lembrar que, no ano de 1823, passaram a essa categoria nada menos de 6 vilas, tôdas capitais de Províncias: *Ouro Preto* (a antiga Vila Rica), *Recife*, *Natal*, *Desterro* (atual Florianópolis), *Fortaleza* e *São Cristóvão* (então capital de Sergipe), modificando de algum modo aquela repartição geográfica, que passou a ser a seguinte (em 1823):

| | <i>Cidades</i> |
|---------------------------|----------------|
| Região Norte | 1 |
| Região Nordeste | 7 |
| Região Leste | 6 |
| Região Sul | 3 |
| Região Centro-Oeste | 2 |

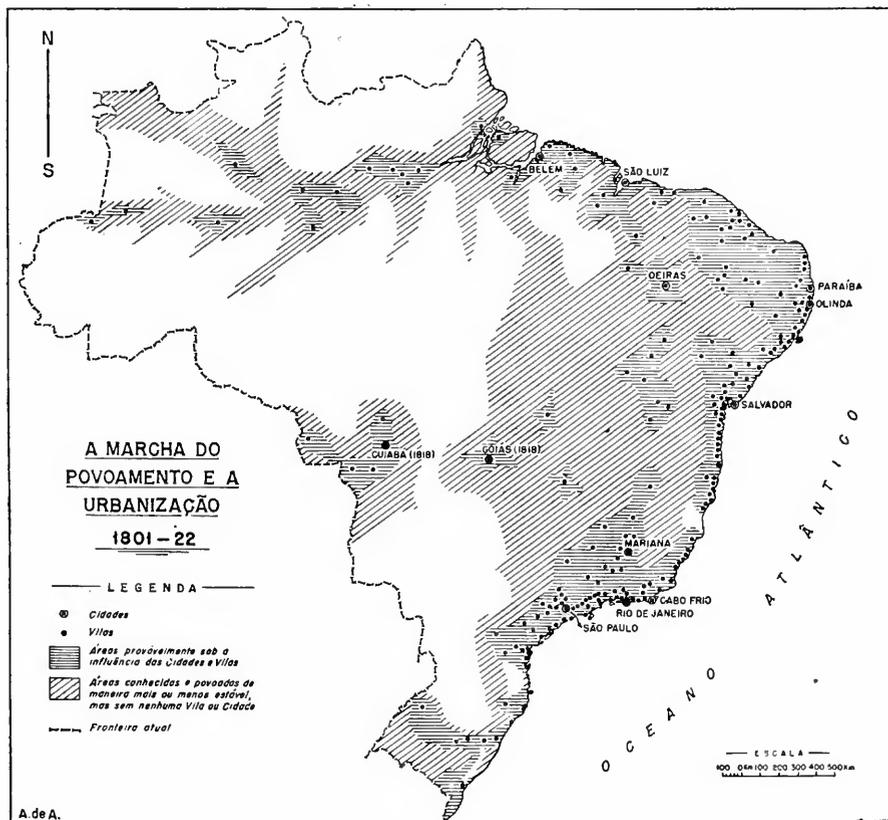
Repartição geográfica das vilas em 1822 No que se refere às vilas, foram as seguintes as que passaram a existir na última etapa do período colonial:

| <i>Datas</i> | <i>Denominações (original e atual)</i> | <i>Unidade atual</i> |
|------------------|--|----------------------|
| REGIÃO NORDESTE: | | |
| 1801 | 1. São Bernardo das Russas, atual Russas | Ceará |
| 1801 | 2. Vila Nova de São João da Anadia, atual Anadia | Alagoas |

| <i>Datas</i> | <i>Denominações (original e atual)</i> | <i>Unidade atual</i> |
|--------------|--|----------------------|
| 1802 | 3. São João do Príncipe, atual Tauá | Ceará |
| 1810 | 4. Flores do Pajeú, atual Flores | Pernambuco |
| 1811 | 5. Caxias das Aldeias Altas, atual Caxias | Maranhão |
| 1811 | 6. Cabo de Santo Agostinho, atual Cabo | Pernambuco |
| 1811 | 7. Limoeiro | Pernambuco |
| 1811 | 8. Pau d'Alho, atual Paudalho .. | Pernambuco |
| 1811 | 9. Santo Antônio, atual Vitória de Santo Antônio | Pernambuco |
| 1814 | 10. Santo Antônio do Jardim, atual Jardim | Ceará |
| 1815 | 11. Maceió | Alagoas |
| 1815 | 12. Pôrto das Pedras, atual Pôrto de Pedras | Alagoas |
| 1815 | 13. Vila Real do Brejo da Areia, atual Areia | Paraíba |
| 1816 | 14. São Vicente das Lavras, atual Lavras da Mangabeira | Ceará |
| 1817 | 15. Simbres | Pernambuco |
| 1820 | 16. Pastos Bons | Maranhão |
| 1820 | 17. São Bernardo do Parnaíba, atual São Bernardo | Maranhão |

REGIÃO LESTE:

| | | |
|------|---|----------------|
| 1801 | 1. Resende | Rio de Janeiro |
| 1806 | 2. Vila Nova do Conde, atual Conde | Bahia |
| 1810 | 3. Vila Nova do Príncipe, atual Caetitê | Bahia |
| 1810 | 4. Pilão Arcado | Bahia |
| 1811 | 5. São João do Príncipe, depois São João Marcos | Rio de Janeiro |
| 1811 | 6. Boipeba, atual Nilo Peçanha .. | Bahia |
| 1813 | 7. São João de Macaé, atual Macaé | Rio de Janeiro |
| 1814 | 8. São Pedro do Cantagalo, atual Cantagalo | Rio de Janeiro |
| 1814 | 9. Santa Maria de Maricá, atual Maricá.. | Rio de Janeiro |



Povoamento e urbanização do Brasil ao proclamar-se a independência

Quando o Brasil se tornou Império, em 1822, apenas 12 eram os aglomerados urbanos que ostentavam o título de *cidades*: Belém, São Luís, Oeiras, Paraíba (atual João Pessoa), Olinda, Salvador, Mariana, Cabo Frio, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás e Cuiabá.

| <i>Datas</i> | <i>Denominações (original e atual)</i> | <i>Unidade atual</i> |
|--------------|--|----------------------|
| 1814 | 10. São Carlos do Jacuí, atual Jacuí | Minas Gerais |
| 1814 | 11. Santa Maria de Baependí, atual Baependí | Minas Gerais |
| 1815 | 12. Itapemirim | Espírito Santo |
| 1818 | 13. São Francisco Xavier do Itaguaí, atual Itaguaí | Rio de Janeiro |
| 1819 | 14. Vila Real da Praia Grande, atual Niterói | Rio de Janeiro |
| 1820 | 15. Campo Largo, atual Cotegipe . | Bahia |
| 1820 | 16. Nova Friburgo | Rio de Janeiro |
| 1820 | 17. Patí do Alferes | Rio de Janeiro |

REGIÃO SUL:

| | | |
|------|--|-------------------|
| 1806 | 1. Vila Nova do Príncipe, atual Lapa | Paraná |
| 1806 | 2. Vila Bela da Princesa, atual Ilhabela | São Paulo |
| 1808 | 3. Pôrto Alegre | Rio Grande do Sul |
| 1809 | 4. Santo Antônio da Patrulha .. | Rio Grande do Sul |
| 1812 | 5. Rio Pardo | Rio Grande do Sul |
| 1816 | 6. São Miguel das Areias, atual Areias | São Paulo |
| 1817 | 7. São Luís da Leal Bragança, atual São Luís Gonzaga | Rio Grande do Sul |
| 1819 | 8. São João da Cachoeira, atual Cachoeira do Sul | Rio Grande do Sul |

REGIÃO CENTRO-OESTE:

| | | |
|------|---|-------------|
| 1814 | 1. São João da Palma, atual Paraná | Goiás |
| 1820 | 2. Nossa Senhora da Conceição do Alto Paraguai Diamantino, atual Diamantino | Mato Grosso |

Bastante significativa, parece-nos, tal relação. Note-se, antes de tudo, a ausência da *Região Norte*, o que confirma o artificialismo (ou a malícia) da política urbanizadora registrada no século anterior, que elevou à categoria de vilas quase uma vintena de po-

voados insignificantes, que positivamente não mereciam receber tal honraria. Por outro lado, fere nossa atenção o absoluto equilíbrio entre o *Nordeste* e o *Leste*, ao contrário do que acontecera no setecentismo, demonstrando a ocupação efetiva da área sertaneja da primeira dessas regiões; Pernambuco aparece, afinal, numa posição de destaque (com 6 novas vilas), da mesma maneira que, no Leste, o atual Estado do Rio de Janeiro viu-se aquinhoado com 9 vilas novas, patenteando sua importância demográfica e econômica, que o ciclo do café ainda mais acentuou nos anos que se seguiram. Minas Gerais, vindo a ter apenas 2 novas vilas, refletia o marasmo e a decadência econômica em que mergulhara após o fastígio da mineração. Na *Região Sul*, São Paulo não apresentava nenhum destaque (2 vilas novas), ao passo que o Rio Grande do Sul assistiu a uma verdadeira floração urbana, pois passou a contar com 5 novas vilas, quando no século anterior possuía apenas uma. Já o Centro-Oeste, com sua população rarefeita e economicamente decadente, em virtude do rápido esgotamento da riqueza aurífera, somente viu acrescentarem-se-lhe duas novas vilas — uma em Goiás, outra em Mato Grosso.

No instante em que o Brasil passava a figurar entre as nações livres, com a instalação do Império, existiam no país 213 vilas, que assim se repartiam:

| | <i>Vilas</i> |
|---------------------------|--------------|
| Região Norte | 20 |
| Região Nordeste | 54 |
| Região Leste | 85 |
| Região Sul | 47 |
| Região Centro-Oeste | 7 |

Ao contrário do que se dava em relação às cidades, parece-nos perfeitamente razoável essa repartição geográfica das vilas, face à evolução do povoamento e da economia regionais, salvo quanto à Região Norte. Em 1822, a *Bahia* aparecia como a província mais urbanizada, com suas 40 vilas, isto é, mais de 18% do total do país. Em segundo lugar, destacava-se *São Paulo*, considerado em seus atuais limites político-administrativos, com 31 vilas. Seguiam-se-lhes mais outras cinco províncias, se bem que sensivelmente distanciadas daquelas duas primeiras: *Ceará*, com 18; *Rio de Janeiro*,



Rio de Janeiro no primeiro quartel do século XIX

João Maurício RUGENDAS esteve no Brasil na década de 1820-30, deixando-nos a preciosa e incomparável obra “Viagem Pitoresca através do Brasil”, publicada em 1835. São de sua autoria os dois desenhos aqui reproduzidos: uma vista da enseada de *Botafogo*, tendo a dominante a silhueta inconfundível do Corcovado; e um aspecto da *Rua Direita* (atual 1.º de Março), intensamente comercial, onde se vê a Catedral e, ao fundo, o morro do Castelo.

com 17; *Minas Gerais*, com 16; *Pará*, com 11; e *Pernambuco*, com 10.

De acôrdo com AIRES DE CASAL, bem maior seria o total das vilas brasileiras em 1817, ano em que concluiu sua famosa *Corografia Brasílica*; alcançaria 258, assim distribuídas (34):

| | <i>Vilas (1817)</i> |
|---------------------------|---------------------|
| Região Norte | 57 |
| Região Nordeste | 68 |
| Região Leste | 87 |
| Região Sul | 42 |
| Região Centro-Oeste | 4 |

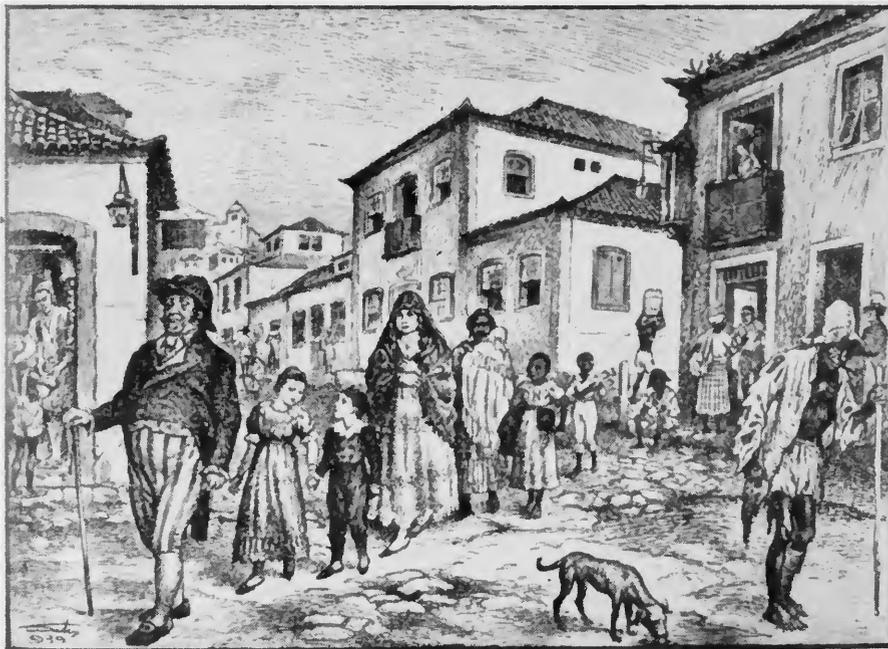
Acreditamos, porém, que o chamado “pai da Geografia brasileira” haja usado de maneira indevida, por diversas vèzes, o tèrmo “vila”, ao designar inúmeros povoados, sobretudo quando estudou a região amazônica. Daí a discordância entre as suas cifras e as nossas, resultantes estas últimas de demorada e cansativa coleta em fontes autorizadas e as mais diferentes.

Os maiores centros urbanos quando o Brasil se tornou Império Se procurarmos reunir os dados esparsos referentes à população e os informes dos viajantes que visitaram o Brasil nas duas primeiras décadas do século XIX, estaremos habilitados a ter uma idéia de quais seriam os mais importantes centros urbanos de nosso país no momento em que se transformou em Império.

Não resta dúvida que os dados numéricos fornecidos pelos viajantes se contrariam quase sempre, embora houvessem êles percorrido o Brasil na mesma época ou com uma pequena diferença de tempo. Basta que citemos uns poucos exemplos:

| <i>Viajantes</i> | <i>Salvador</i> | <i>Rio de Janeiro</i> | <i>São Luís</i> | <i>Vila Rica</i> |
|-----------------------------|-----------------|-----------------------|-----------------|------------------|
| J. Mawe (1810) | 70.000 | 100.000 | 20.000 | 20.000 |
| H. Koster (1816) | — | — | 12.000 | — |
| Spix e Martius (1820) | 150.000 | 110.000 | 30.000 | 8.500 |
| J. Luccock (1818) | — | 60.000 | — | 20.000 |
| E. Pohl (1821) | — | 82.000 | — | — |

(34) — Cf. CASAL (Padre Manuel Aires de), *Corografia Brasílica ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil* (1817), ed. Cultura, São Paulo, 1943.



Aspectos da vida urbana no crepúsculo do Brasil colonial

São ainda de autoria de Seth os desenhos acima reproduzidos, através dos quais podemos imaginar algumas cenas da vida urbana, numa das grandes cidades brasileiras da época (primeira vintena do século XIX).

Todavia, se tentarmos obter um meio-térmo dentro do antagonismo dos dados, poderemos chegar a certas conclusões que, supomos, aproximar-se-ão da realidade.

• *Rio de Janeiro* e *Salvador* continuavam a ser, sem nenhuma dúvida, as duas mais populosas e importantes cidades brasileiras, girando sua população em tórno de 100.000 hab. No entanto, ao passo que a antiga capital como que estagnara, o Rio de Janeiro continuava a progredir e a expandir-se, usufruindo das excepcionais vantagens recebidas desde a chegada da família real portuguesa, em 1808.

Em seguida, é provável que viesse o grupo que poderemos classificar como aglomerados médios, com uma população entre 30.000 e 10.000 hab.: seria o caso de algumas cidades — como *Cuiabá*, *São Paulo*, *São Luís*, *Belém* e *Oeiras*, e de algumas vilas — como *Recife*, *Vila Rica* e *Pôrto Alegre*.

Fora dessas, com população inferior a 10.000 hab. e superior a 5.000, talvez aparecessem: a vila de *Cachoeira*, na Bahia; a cidade de *Mariana*, as vilas de *São João del Rei* e *Sabará* e a povoação de *Santo Antônio do Tijuco* (atual Diamantina), tôdas em Minas Gerais; a gloriosa cidade de *Olinda*, em Pernambuco.

Salvo Rio de Janeiro e Salvador, tais centros urbanos não mereciam realmente a classificação como *cidades*, no sentido rigoroso e moderno da palavra; eram simples *vilas*, quando muito *vilas grandes*, “acanhadas e sujas, atropeladas de becos e vielas, de designações pitorescas, e espreguiçando-se, na periferia, nos seus ranchos e caminhos de tropas, nas suas chácaras e sítios que marcam a transição entre a paisagem urbana e a solidão envolvente dos campos, das chapadas ou das serras. A vida urbana, sonolenta e obscura, chocada no funcionalismo burocrático e parasitário e num comércio “desconfiado e ratinhão”, arrasta-se na monotonia das ruas e das estradas, cujo silêncio é apenas quebrado de longe em longe pelo chiar de carros de bois, pelo tropel de cavalos e burros de carga e pelas cantigas de africanos e de tropeiros. E’ tóda primitiva, na sua simplicidade rústica, a vida dessas cidades: negras lavando roupas nas bicas do centro, muares de cangalhas, junto às lojas, e animais soltos pelas ruas, tortuosas e estreitas”... (35).

Para uma simples comparação, parece-nos interessante alinhar a provável população de algumas cidades do Mundo na década de 1820-30 (36):

| | |
|--------------------|-----------|
| Londres | 1.400.000 |
| Paris | 800.000 |
| Viena | 300.000 |
| Moscou | 250.000 |
| Lisboa | 245.000 |
| Berlim | 240.000 |
| Nova York | 200.000 |
| Filadélfia | 160.000 |
| Roma | 150.000 |
| Pôrto | 65.000 |
| Buenos Aires | 60.000 |

Seria êsse o panorama urbano do Brasil no momento em que se libertou do domínio português: 12 cidades e 213 vilas, fortemente concentradas na Região Leste, onde indubitavelmente se situava o "coração" do país, num amplo triângulo isósceles, cujos vértices poderiam ser representados por Salvador, Rio de Janeiro e Vila Rica.

(36) — Cf. URCULLU (D. José de), *Tratado Elementar de Geografia Astronômica, Física, Histórica ou Política, Antiga e Moderna*, 3 vols., T.p. Comerc al Portuense, Pôrto, 1837-41.

VI

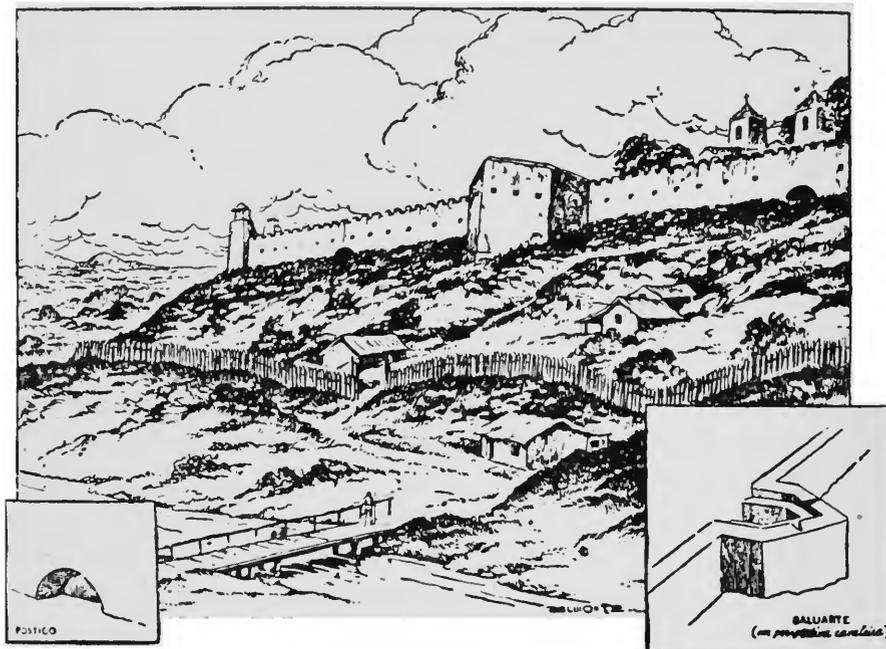
ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DOS AGLOMERADOS COLONIAIS

Os centros urbanos Uma vez estudada a repartição geográfica colonial e o fator estratégico-militar fica dos núcleos urbanos do Brasil colonial, através dos escassos recursos de que pudemos dispor, tentaremos examinar outros característicos desses aglomerados, focalizando-os sempre à luz da Geografia Urbana.

As vilas e cidades do século XVI, além de seu contacto com o mar e sua natural pequenez, refletiam em seus sítios urbanos uma grave preocupação: a *defesa* contra os ataques de inimigos, que poderiam ser os índios, mas também o invasor estrangeiro. Escrevendo em 1576, informava GANDAVO que os Donatários “edificaram suas povoações, ao longo da costa nos logares mais convenientes e acomodados que lhes pareceo para a vivenda dos moradores”, e esclarecia que tôdas elas, naquela segunda metade do quinhentismo, eram “já muy povoadas de gente, e nas partes mais importantes guarnecidas de muita e muy groça artilharia que as defende e as segura dos inimigos assi da parte do mar como da terra” (37).

Daí o aparecimento de verdadeiras *cidades em acrópole*, como Rio de Janeiro, Salvador ou a própria vila de São Paulo. Sob este aspecto, o Rio de Janeiro quinhentista talvez possa ser considerado o melhor exemplo, pois se limitava praticamente ao morro de São Januário ou do Castelo, baluarte natural que se erguia bem próximo ao mar e estava circundado por terrenos alagadiços, lagoas e manguesais. Por sua vez, a vila de São Paulo permaneceu por longos anos enclausurada num esporão alongado, pequena colina cujo extremo cai abruptamente por sobre a várzea inundável do Taman-

(37) — GANDAVO (Pero de Magalhães), *História da Província de Santa Cruz*, pág. 69, Comp. Melhoramentos, São Paulo, 1922.



São Paulo, vila fortificada

No século XVI, a vila de São Paulo de Piratininga possuía fortificações, embora modestas, que serviam para defendê-la contra os ataques dos índios inimigos. Seriam constituídas por muros de taipa, que circundavam o esporão da colina onde nasceu (e onde erguiam-se a Igreja e o Colégio dos Jesuítas), de maneira a ficar a cavaleiro da várzea inundável do Tamanduateí — conforme a interessante reconstituição de autoria de Belmonte, aqui reproduzida.

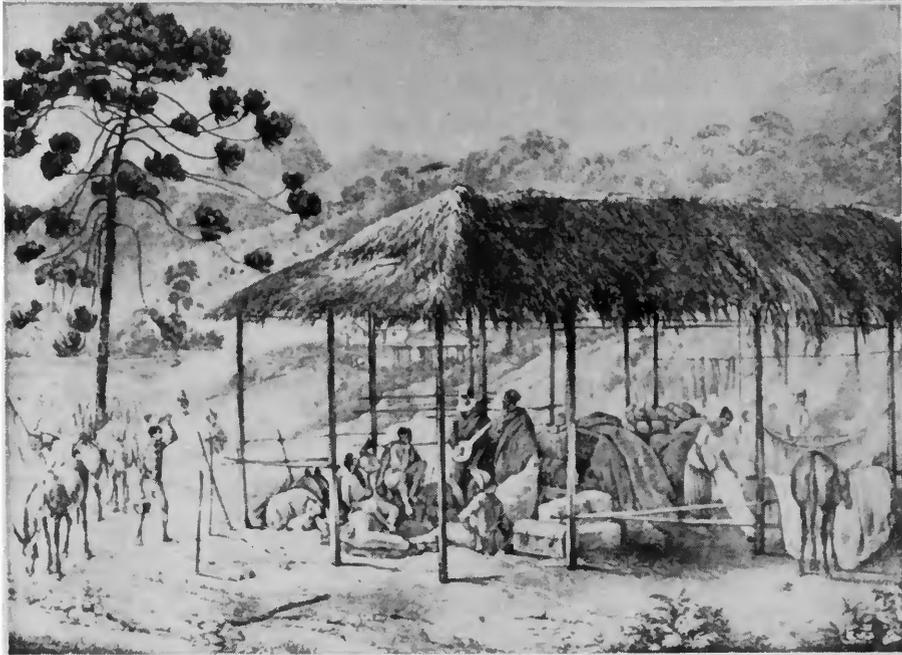
duateí (o atual Parque Dom Pedro II) e cuja vertente meridional, também escarpada, achava-se voltada para o vale do Anhangabaú, local privilegiado sob o ponto de vista defensivo, cujo valor foi bem demonstrado por ocasião do ataque dos Tamoios, em meados do século XVI. Tanto para um como para outro dos exemplos citados aplicam-se, inteiramente, estas palavras de CHABOT:

“Les hommes étaient un ennemi aussi redoutable que les eaux. La butte, qui préservait des marécages et de l'inondation, était en même temps un lieu de défense, facile a fortifier” (38).

Aquela mesma necessidade de defesa explica, por outro lado, o aparecimento de *núcleos urbanos fortificados*, algo que nos leva em pensamento às cidades-fortalezas da Europa medieval ou, quem sabe, aos velhos “castros” ou “citânias” da primitiva Lusitânia. Todavia, o que se conheceu no Brasil quinhentista não passava de rústicas e modestíssimas defesas, que espelhavam o meio em que foram construídas, simples paliçadas ou frágeis muros de taipa, cujo valor talvez fôsse mais psicológico do que real, por detrás dos quais podiam se abrigar a população civil e os seus defensores, sempre que algum perigo os ameaçava. Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, no século XVI, e São Luís do Maranhão, no século XVII, conheceram tais sistemas de defesa, que figuram em plantas, coévas.

Além disso, em face das constantes ameaças que pesavam sobre a América portuguesa, viu-se obrigada a metrópole a estabelecer uma verdadeira *rêde de fortificações*, que deram nascimento a inúmeros aglomerados urbanos ou constituíam uma garantia para sua sobrevivência. O fato se registrou ao longo de toda a imensa fachada atlântica, bastando criar alguns exemplos: Rio Grande, Bertioga, Rio de Janeiro, Salvador, São Cristóvão, Recife, Paraíba (João Pessoa), Cabedelo, Natal, Fortaleza, São Luís. Estendeu-se à Amazônia, onde Belém foi fundada à sombra do Forte do Presépio e, em cujo interior, mais tarde, multiplicaram-se os lugares fortificados às margens do grande rio e de alguns de seus maiores afluentes, como Santarém, Óbidos e Manaus. E atingiu as próprias lindes da colônia, quer em áreas de simples fronteiras “esboça-

(38) — CHABOT (Georges), *Les Villes*, pág. 100.



Passado e presente, unidos

No alto, um *pouso de tropeiros*, tal como o viu o gênio artístico de RUGENDAS. Em baixo, uma *tropa de burros*, fotografada pelo autor na principal rua de Ouro Preto, em janeiro de 1955.

das”, como as norte-ocidentais (com os fortes de Marabitanas, São Gabriel, Tabatinga, Príncipe da Beira, Vila Bela), quer em áreas de fronteiras “vivas” ou de “tensão”, como as da Bacia do Prata, em terras matogrossenses (Albuquerque, atual Corumbá) e em terras sul-riograndeses (Acampamento de Santa Maria, hoje Santa Maria).

O papel dos cursos d'água e das vias terrestres À proporção que se processava o avanço do povoamento para o interior, na conquista do Planalto Brasileiro, outra preocupação tornou-se patente na escolha dos sítios urbanos: a presença da água e a facilidade de comunicações, isto é, dois elementos vitais para a existência e a sobrevivência dos aglomerados.

No Brasil colonial, raro era o núcleo urbano que não se achava associado a um curso d'água, grande, médio ou pequeno. E muitas foram as causas dessa preferência: o fornecimento de água para o uso doméstico, a facilidade de obtenção de alimento através da pesca, as vantagens oferecidas no que se refere aos contactos regionais e, no caso específico das áreas de mineração, a presença de ouro e de pedras preciosas no cascalho dos leitos fluviais. Tudo isso não significa, porém, que hajam sido muito numerosos os verdadeiros *aglomerados fluviais*, isto é, aqueles que têm sua vida presidida pelos rios a que se acham ligados; os mais típicos exemplos só aparecem na Amazônia, no vale do São Francisco e na bacia do Alto Paraguai, onde vieram a surgir às margens dos cursos d'água, como se fôsem as contas de um rosário.

Para um país tão extenso, como o nosso, com uma população tão rarefeita, desde logo se tornou vital o problema da *facilidade das comunicações*; daí a localização de aglomerados urbanos nas vias naturais de passagem e ao longo dos precários caminhos da era colonial, que as tropas de burros, em penosas e longas caminhadas, sabiam bem aproveitar. Por isso mesmo, os caminhos coloniais constituíram a espinha dorsal da rede urbana, quer se dirigissem do litoral para os sertões do Nordeste ou para a Chapada Diamantina, quer procurassem atingir as áreas mineradoras de Minas Gerais, Goiás ou Mato Grosso, quer demandassem as regiões meridionais. Foram os *pousos de viajantes*, em consequência, o tipo mais

comum de embriões de cidades em largo período de nossa vida colonial e, até mesmo, ao tempo do Império, o que lhes valeu o lugar de destaque que ocupam no relato da maioria dos viajantes estrangeiros do século XIX.

Os aglomerados coloniais e seu plano urbano Ainda está para ser feito um estudo analítico e circunstanciado da estrutura de nossas cidades coloniais e, de maneira particular, as características de seu *plano*.

Tudo parece indicar que os aglomerados “criados”, que resultaram de um propósito deliberado das autoridades coloniais obedeciam, em suas origens, a um plano regular e geométrico, se bem que adaptado às características topográficas. Sem demora, porém, deixava-se de lado essa preocupação urbanística e a expansão passava a se realizar de maneira espontânea, sem obedecer a nenhuma diretriz, daí resultando a irregularidade no traçado das ruas, tortuosas quase sempre. O caso da cidade do Salvador parece-nos bem expressivo, pois uma planta datada do século XVIII (e que ROBERTO SIMONSEN incluiu em sua “História Econômica do Brasil”, tomo II) mostra claramente que o centro primitivo, na “Cidade Alta”, era regular e as ruas cortavam-se em ângulo reto, constituindo um verdadeiro tabuleiro de xadrez, bem ao contrário do que se passava no resto da cidade. Por outro lado, referindo-se ao Recife holandês, à Cidade Maurícia, observa JOSUE’ DE CASTRO: “O que, desde logo, chama atenção no plano é a sua precisão geométrica. De forma retangular, como o plano de Batávia, êle é igualmente cortado em quase tôda a sua extensão por um largo canal, que, partindo das proximidades do Forte Frederico Henrique, alcança na ilha um ponto correspondente à atual igreja do Rosário” (39); e acrescenta mais além que as linhas de orientação das pontes marcavam a direção da expansão da cidade “e, quando depois, com a expulsão dos holandeses, o plano nassoviano foi abandonado e voltou-se ao desarranjo e ao à vontade do crescimento à portuguesa, ficou sempre uma diretriz nesse crescimento, do qual resultou ser o Recife ainda hoje uma cidade de disposição

(39) — CASTRO (Josué de), *A cidade do Recife*, pág. 123.

rádioconcêntrica, como a planejaram tornar no futuro os grandes urbanistas dos Países Baixos” (40).

Todavia, o mesmo já não podemos observar em relação à cidade do Rio de Janeiro, mesmo se levarmos em consideração apenas o trecho desenvolvido na planície, ao pé do morro do Castelo; os quarteirões eram desiguais e as ruas nem sempre retas. Naturalmente, no que tange aos aglomerados “espontâneos” ou “naturais”, a irregularidade do plano e o traçado tortuoso das ruas constituíam a regra geral, gerando estruturas inorgânicas como as do núcleo primitivo da cidade de São Paulo.

Visitando o nosso país por volta de 1850, TOMÁS DAVATZ escreveu que “as cidades brasileiras, conforme pude apreciar, obedecem no traçado das ruas e praças a um plano regular” (41). Acreditamos que o arguto colono suíço da Fazenda Ibicaba generalizou uma observação isolada ou um caso esporádico, pois sua afirmativa contraria a realidade dos fatos, mesmo se admitirmos que tivesse em mente algum aglomerado de fundação moderna, cujas origens não remontassem ao período colonial.

Coube a SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA demonstrar, de maneira muito exata, as diferenças existentes, no que se refere ao plano, entre os centros urbanos da América Espanhola e os da América Portuguesa. Nos primeiros, em que um zelo minucioso e previdente presidiu seus passos iniciais, o traçado das ruas denunciava “o esforço determinado de vencer e retificar a fantasia caprichosa da paisagem agreste”, apresentando-se como “um ato definido da vontade humana”. Tendo por base a chamada Praça Maior, quadrilátero cuja largura deveria corresponder pelo menos a dois terços do comprimento, estendia-se de maneira rigorosamente geométrica o traçado das ruas: as quatro principais saíam do centro de cada face da praça, ao mesmo tempo que, de cada ângulo, partiam outras ruas, chegando-se mesmo ao capricho de determinar que os quatro ângulos deveriam corresponder aos pontos cardiais (42). Dêsse tipo teriam sido as “reduções” jesuíticas dos famosos Sete Povos das Missões, construídas no século XVII em terras do

(40) — CASTRO (Josué de), obra cit., pág. 127.

(41) — DAVATZ (Tomás), *Memórias de um colono no Brasil*, pág. 56, tradução brasileira de Sérgio Buarque de Holanda, Liv. Martins, São Paulo, 1941.

(42) — HOLANDA (Sérgio Buarque de), *Raízes do Brasil*, cap. IV, págs. 130-133, 2a. edição, Liv. José Olímpio, Rio, 1948.



Símbolo do urbanismo colonial

Tanto em relação às vilas como em relação às cidades do Brasil colonial, no que se refere ao *plano* urbano, a regra é uma só: a irregularidade. “Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providência, sempre êsse significativo abandono que exprime a palavra *desleixo*” — conforme observou Sérgio Buarque de Holanda. A planta da cidade de São Paulo no ano de 1810, aqui reproduzida, é bem um símbolo dessa característica dos aglomerados urbanos do período colonial.

atual Rio Grande do Sul (43); cada uma delas — escreveu AIRES DE CASAL — “era uma considerável ou grande vila, e tôdas por um mesmo risco com ruas direitas e encruzadas em ângulos retos”, “de sorte que, vendo-se uma, se forma idéia verdadeira das outras” (44).

Nada disso teria ocorrido na América portuguesa ou, se nesse sentido existiu alguma legislação, tudo parece indicar que não foi obedecida, não passando de letra morta. Em meados do século XVI, ao visitar São Vicente e Santos, observou TOME' DE SOUSA que estavam “as casas de tal maneira espalhadas que se não podem cercar senão com muito trabalho e perda dos moradores, porque tem casas de pedra e cal e grandes quintais e tudo feito em desordem”... Essa mesma desordem foi notada na própria capital da Colônia, em princípios do século XVIII, por um viajante: as casas da cidade do Salvador achavam-se dispostas segundo o capricho dos moradores, sendo tudo ali de tal modo irregular que a praça principal, onde se erguia o palácio do Governador, parecia estar no local por mero acaso (45).

Depois de acentuar que “o traçado geométrico jamais pôde alcançar, entre nós, a importância que veio a ter em terras da coroa de Castela”, conclui o eminente historiador seu interessantíssimo paralelo com estas palavras:

“A cidade que os portugueses construíram na América não é o produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providência, sempre êsse significativo abandono que exprime a palavra *desleixo*”... (46).

As funções urbanas aglomeradas coloniais Como acontece ainda hoje quando apud-nhamos um exemplo isolado de centro urbano do Brasil, assistimos, no período colonial, à mutação de sua principal função através do tempo. E' o aldeamento de índios, núcleo de catequese, que se

(43) — Cf. SEPP (Padre Antônio), S. J., *Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos*, tradução brasileira de A. Reymundo Schneider, Liv. Martins, São Paulo, 1943.

(44) — CASAL (Aires de), obra cit., tomo I, pág. 108.

(45) — Cf. HOLANDA (Sérgio Buarque de), obra cit., pág. 155.

(46) — HOLANDA (Sérgio Buarque de), obra cit., pág. 157.

transforma num lugar fortificado e, depois, num pequeno centro de trocas em espécie e de comércio — caso tão freqüente na Amazônia. E' o arraial de Bandeirantes, que chega a viver dias de agitação e de efêmera riqueza, no borborinho de uma população heterogênea flutuante, para, poucos anos mais tarde, mergulhar em melancólico marasmo, sobrevivendo não se sabe bem por que motivo ou desaparecendo quase sem deixar vestígios — como aconteceu, tantas vêzes, nas áreas da mineração. E' o pouso de tropeiros ou de simples viajantes, e etapas obrigatórias dos que percorriam os caminhos coloniais, transformados depois em pequenos centros agrícolas e comerciais — de que existem exemplos tão expressivos, sobretudo na porção centro-meridional do país. E' o posto militar ou o simples acampamento de tropas, que passa a ter um caráter civil e estável, vindo a tornar-se vila e, depois, cidade — como se verificou tantas vêzes em Mato Grosso ou no Rio Grande do Sul.

Entretanto, se quisermos nos limitar aos casos gerais, sem levar em consideração tais minudências (que mais interessam ao estudo da *evolução* dos centros urbanos do que, pròpriamente, às suas *funções*), poderemos afirmar que não foram muito numerosas as funções urbanas, no decorrer dos séculos coloniais.

A *função político-administrativa*, a exemplo do que ainda atualmente acontece, representou quase sempre um papel de destaque na vida, no grau de importância e no destino dos aglomerados urbanos. A cidade do Salvador reinou, sem competidor, no panorama urbano do Brasil colonial, antes de tudo por ser a capital da Colônia; no momento em que perdeu tal posição, teve início a rápida e ininterrupta ascensão do Rio de Janeiro, que acabou por sobrepujá-la. Mas a regra teve muitas exceções, numa demonstração de que não era suficiente gozar dessa régalia para que se mantivessem intatos o prestígio e a importância dos centros urbanos. Basta que lembremos o exemplo da vila de São Paulo ofuscando a veneranda São Vicente, a luta entre Olinda e Recife, a rivalidade entre Alcantara e São Luís, a própria decadência de Vila Rica cessado o fastígio da mineração, apesar de continuar como sede do govêrno.

Duas outras funções tiveram, no conjunto das vilas e cidades coloniais, importância bem maior: a *função comercial* e a *função religiosa*. Na verdade, os aglomerados urbanos eram, antes de tudo, o lugar onde se faziam as compras indispensáveis ao bem-estar dos

habitantes e onde se realizavam os negócios, como também o ponto de concentração da vida religiosa.

Era neles que se encontravam os produtos que vinham da Europa e para eles lavavam os agricultores e criadores os produtos de seus sítios e fazendas. Daí o movimento de suas “vendas” e de suas modestas lojas, a realização de feiras semanais, a presença de ruas tipicamente comerciais (como aquela “Rua das Casinhas”, da capital paulista, que tanta impressão parece haver deixado no espírito de SAINT-HILAIRE).

Todavia, afora êsse atrativo, era a presença da *Igreja* a grande força catalizadora, a cuja influência ninguém ousava resistir. Principal fator de coesão para os aglomerados nascentes, jamais cessou de constituir um motivo para a presença obrigatória não apenas da população urbana, mas também da gente da zona rural circunvizinha, que não titubeava em fazer sacrifícios para assistir às missas dominicais e não se furtava ao prazer de tomar parte nas festividades do calendário católico, oportunidades ansiosamente esperadas numa época de vida social tão restrita.

Por isso mesmo, talvez possamos generalizar para todo o país aquele conceito tão exato de JOÃO CAMILO DE OLIVEIRA TORRES, referente aos arraiais mineiros: nas vilas e cidades coloniais, dois lugares havia de suma importância para a população — “a igreja que era de todos e a venda que era para todos” (47).

No mais, só nos cabe lembrar a existência de outras funções urbanas bem menos importantes que as citadas. Em primeiro lugar, uma incipiente *função industrial*, de proporções modestíssimas e de caráter rigorosamente doméstico, sobretudo depois daquele lamentável alvará de 5 de janeiro de 1785, que, sob o pretexto de dar maior impulso à agricultura e evitar a falta de braços nas atividades da mineração, pôs um ponto final às veleidades de nossa pequena e nascente indústria, ao determinar “que tôdas as Fábricas, Manufaturas, ou Teares de Galões, de Tecidos, ou de Bordados de Ouro, e Prata; de Veludos, Brilhantes, Setins, Tafetás, ou de outra qualquer qualidade de Seda; de Belbutes, Chitas, Bombazinas, Fustões, ou de outra qualquer qualidade de Fazendas de Algodão, ou

(47) — TORRES (João Camilo de Oliveira), *O Homem e a Montanha* (Introdução ao estudo das influências da situação geográfica para a formação do espírito mineiro), pág. 55, Liv. Cultura Brasileira, Belo Horizonte, 1944.



A religião e a vida urbana

O desenhista Seth, nas gravuras acima reproduzidas, procurou focalizar dois aspectos da vida religiosa nas cidades do Brasil colonial: no alto, uma *procissão*, acontecimento que mobilizava a totalidade da população; em baixo, a *Bandeira do Divino Espírito Santo*, por todos sempre reverenciada, a exemplo do que ainda se registra em muitas cidades do interior.

de Linho, branca ou de côres; e de Panos, Baetas, Droguetes, Saetas, ou de outra qualquer qualidade de Tecidos de Lã, ou os ditos Tecidos sejam fabricados de um só dos referidos Gêneros, ou misturados, e tecidos uns com os outros"... "sejam extintas e abolidas em qualquer parte onde se acharem nos Meus Domínios do Brasil, debaixo de pena do perdimento, em tresdôbro, do valor de cada uma das ditas Manufaturas, ou Teares, e das Fazendas, que nelas, ou neles houver". Portugal, representado pela Rainha Dona Maria I, curvara-se, submisso, ante à indústria de tecidos da Inglaterra... Por isso mesmo, nossos centros urbanos não possuíam mais do que olarias, selarias, ourivesarias e, já no século XIX, pequenas forjas do tipo catalão; dessas modestas indústrias, algumas se concentravam em certas ruas das cidades e vilas, emprestando-lhes a denominação (Rua dos Ourives, Rua dos Latoeiros, etc.).

As funções de caráter econômico da cidade do Rio de Janeiro no último quartel do século XVIII, ao tempo do Vice-Rei D. Luís de Vasconcelos, podem ser bem caracterizadas através dos seguintes dados numéricos (48):

| <i>Estabelecimentos</i> | |
|----------------------------|-----|
| Lojas de fazenda | 140 |
| Casas de comissários | 98 |
| Ferragens | 19 |
| Louças finas | 14 |
| Vidros | 10 |
| Livrarias | 4 |
| Sapatarias | 128 |
| Alfaiatarias | 89 |
| Barbearias | 48 |
| Cabelereiros | 29 |
| Boticas | 25 |
| Botequins | 21 |
| Tabernas | 196 |
| Padarias | 14 |
| Açougues | 13 |
| Casas de pasto | 14 |

(48) — Cf. BARRETO FILHO (Melo) e LIMA (Hermeto), *História da Polícia do Rio de Janeiro (1565-1831)*, pág. 127, ed. "A Noite", Rio, 1939.



A “*venda*” e o mercado, centros de comércio

São ainda de RUGENDAS os dois desenhos que ilustram esta página: no alto, uma *venda* na cidade do Recife; em baixo, o mercado à beira-mar, no chamado Cáis dos Mineiros, na cidade do Rio de Janeiro.

| | |
|------------------------------------|-----|
| Barracas de quitandeiras | 181 |
| Comerciantes de escravos | 34 |
| Oficinas de relojoeiros | 5 |
| Fábricas de violas | 5 |
| Casas de alugar seges | 6 |
| Casas de alugar carros | 9 |
| Lojas de guarda-chuvas | 10 |
| Ourivesarias | 68 |
| Bancas de peixe | 124 |
| Tendas de ferreiro | 21 |
| Estanques de azeite de baleia . . | 2 |

Por outro lado, não seria possível deixar no esquecimento uma também incipiente *função cultural*, representada pelos colégios religiosos e, sobretudo a partir do setecentismo e exclusivamente nos centros urbanos de maior importância (como Salvador, Rio de Janeiro, Vila Rica), por aquelas famosas “academias literárias”, cuja existência pode ser considerada um dos sinais da maturidade alcançada pelo Brasil colonial.

A nomenclatura dos aglomerados coloniais A poderosa influência da Igreja Católica, tão fortemente radicada em Portugal, não se fez sentir apenas no setor do culto e do ensino, durante o período colonial. Refletiu-se marcadamente na própria nomenclatura de nossas vilas e cidades, conforme se depreende da simples leitura das relações que atrás figuram; e deu margem, em pleno Império, àquela crítica mordaz mas suspeita de DANIEL P. KIDDER, missionário protestante, ao declarar-se inconformado com o sistema, “imposto pelo clericalismo”, de utilizar-se o *nome de santos* para designar “províncias, cidades, vilas, fazendas, fortalezas, baterias, teatros, ruas, etc.”, não sendo, por isso, de admirar-se “que Roma tenha feito tão longa lista de canonizados”... (49).

Sem pretender fazer estatísticas, tudo parece indicar ter sido o nome da *Virgem Maria, Nossa Senhora*, o que maior número de vezes se repetiu durante a época colonial. Dentre os santos, a pre-

(49) — KIDDER (Daniel P.), *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil*, vol.I, pág. 219, Liv. Martins, São Paulo, 1940.

dominância parece caber a *São José*, a *Santo Antônio* e a *São João* — tão enraizados na alma religiosa dos portugueses —, seguindo-se-lhes: *São Jorge*, *São Vicente*, *São Paulo*, *São Cristóvão*, *São Luís*, *São Francisco*, *Santo Amaro*, *Sant'Ana*, *São Sebastião*, *São Pedro*, *São Carlos*, *São Bernardo*, *Santo Antão*, *São Miguel* — tradicionais figuras do velho agiológio cristão ou santos de canonização mais recente, testemunhando velhas influências religiosas ou a ação dos missionários. A figura de *Jesús Cristo* aparece sob a forma de *Salvador*, *São Salvador*, ou *Senhor Bom Jesús*, ou ainda através de Seu sacrifício, com invocações à *Santa Cruz*, e de Sua natividade, sob a forma de *Natal* e *Belém*. Resta-nos lembrar a homenagem aos *Santos* em geral (*Santos*, *Todos os Santos*), à *Santíssima Trindade*, ao *Espírito Santo*, aos *Reis Magos*. Em conclusão: para um total de 225 aglomerados urbanos, entre vilas e cidades, nada menos de 95 (isto é, 43%) apresentavam caráter religioso em sua denominação.

Bastante numerosos foram os *nomes indígenas*, particularmente de origem Tupí, utilizados na nomenclatura urbana. Mas uma referência especial merece a transplantação de *topônimos portugueses*, afora os de caráter religioso. Observa-se que o fato se registrou mais em certas regiões do que em outras, sendo particularmente notável no que se refere à Amazônia, como o resultado de verdadeira política de lusitanização da nomenclatura urbana, através do repúdio aos nomes indígenas, levada a efeito sobretudo no reinado de D. José I. Se ao total das vilas acrescentarmos o das povoações, a relação dos aglomerados amazônicos chega a dar a impressão de que Portugal viu-se transferido para a América: *Vila Viçosa*, *Bragança*, *Ourém*, *Santarém*, *Barcelos*, *Óbidos*, *Monte Alegre*, *Alenquer*, *Faro*, *Chaves*, *Oliveira*, *Ega*, *Almeirim*, *Alter do Chão*, *Esposende*, *Arraiolos*, *Portel*, *Melgaço*, *Colares*, *Viveiros*, *Sousel*, *Pombal*, *Pôrto de Moz*, *Vigia*, *Tomar* . . .

Além disso, particularmente no século XVIII, surgiram com muita freqüência as *Vilas Novas* e as referências a figuras da monarquia lusa — *Vila Real*, *Vila del Rei*, *Vila da Rainha*, *Vila do Príncipe*, *Vila do Infante*, *Vila da Princesa*; a primeira cidade que teve Minas Gerais — Mariana, foi assim chamada em homenagem à Rainha Dona Maria Ana d'Áustria, esposa do Rei Dom João V.

VII

O ANTI-URBANISMO DO BRASIL COLONIAL

A Sociologia e a História a serviço da Geografia Urbana Em suas "Instituições Políticas Brasileiras", OLIVEIRA VIANA acentua que os centros urbanos do Brasil colonial resultaram da ação urbanizadora das autoridades coloniais e não foram criações espontâneas

da massa popular. "Fundar povoações e, depois, erigi-las em vilas era um título de benemerência dos governadores coloniais, um serviço prestado ao Rei" — tarefa em que sobremaneira se destacaram o Conde dos Arcos, em cujo quinquênio (1755-60) foram criadas 29 novas vilas, o Vice-Rei Conde de Resende (1790-1801), criador de 18 vilas, ou, num âmbito mais restrito, aquele afamado Governador da Capitania de São Paulo — o Morgado de Mateus, que se orgulhava das numerosas povoações e vilas de que fôra o criador. O objetivo desses governantes coloniais consistia em reunir os moradores dispersos nas extensas glebas de terra, o que nem sempre era conseguido sem a prática de violências; por isso mesmo, quando o fundador se retirava do lugar, muitos dos novos moradores desertavam para a zona rural e voltavam a labutar em suas fazendas e nos seus sítios.

"Este absentismo urbano estava na lógica de nossa formação social", porque "tudo, na nossa sociedade colonial, nos educava e impelia para este *anti-urbanismo*, para este centrifugismo à aglomeração comunal", bem ao contrário daquilo que se verificava na metrópole.

Segundo a opinião do eminente sociólogo, somente a mineração teria contribuído de maneira efetiva para a concentração urbana (de que os "arraiais" do Bandeirismo constituíram a melhor prova), isto porque, nas regiões auríferas, as "datas" de terras eram pequeníssimas, verdadeiros minifúndios. O próprio sistema de povoamento e as atividades econômicas mais típicas, fora da área minera-

dora, contribuíram para essa tendência anti-urbanizante: eram as “sesmarias” e as fazendas de gado, que estimulavam a dispersão demográfica; eram os engenhos de açúcar, responsáveis por uma forma diferente de concentração (que girava em torno das “casas-grandes”), mas que só excepcionalmente evoluíam para o povoado, a vila e a cidade.

Em consequência disso tudo, surgiu o “homo colonialis”, que OLIVEIRA VIANA procurou assim caracterizar: amante da solidão e do deserto, rústico e anti-urbano, fragueiro e dendrófilo, que evitava a cidade e amava o campo e a floresta — homem de que a expressão mais acabada e representativa teria sido o paulista do Bandeirismo. Daí o “complexo do sertão”, que o dominava, o gosto pelo insulamento, “apesar de todos os amavios da vida urbana civilizada”. “Certo, — esclarece o douto sociólogo — os paulistas primitivos residiam numa vila; mas não se lhes pode dar, com rigor científico, o título de *urbanos*. Eram puros *agricultores aldeia-dos*, que deixavam as suas casas fechadas para irem aos seus campos lavradórios plantar as suas leiras, os seus trigos ou pastorear os seus rebanhos”.

No período colonial, os pequenos centros urbanos que vieram a se constituir “não eram, nem nunca foram centros residenciais para os lavradores e criadores e apenas meros pontos de passagem, de pouso ou de aprovisionamento de utilidades e vitualhas”. Isto porque “o brasileiro é fundamentalmente individualista, mais mesmo, muito mais de que os outros povos latino-americanos”, e que valeu aquela frase de SIMÃO DE VASCONCELOS, forte como um labéu: “nenhum homem nesta terra é repúblico, nem vela ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular”.

Em última análise, para OLIVEIRA VIANA o aglomerado vilarejo era sempre mesquinho na sua estrutura e na sua população, ao mesmo tempo que as cidades coloniais não tinham importância como expressão do espírito público; o núcleo urbano — vila ou cidade — era sempre *centrífugo* para as classes dominantes, pois os homens de posse evitavam de morar neles. As exceções a essa regra seriam poucas: os arraiais e vilas da mineração, os centros mercantis da orla costeira e o caso particular da vila, depois cidade de São Paulo, que fazia lembrar a aldeia portuguesa ou o “village” francês (pois grande parte de seus habitantes trabalhava

na área circunjascente) e que contava com muitos “oficiais mecânicos” na sua Vereança.

Essas idéias do saudoso sociólogo fluminense (50) — que fizemos questão de resumir da maneira mais fiel possível, pelo interesse que apresentam para o presente estudo — haviam sido perfilhadas, em suas linhas gerais, por SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA (51). “No Brasil colonial — afirma o ilustre historiador —, as terras dedicadas à lavoura eram a morada habitual dos grandes. Só afluíam êles aos centros urbanos a fim de assistirem aos festejos e solenidades. Nas cidades apenas residiam alguns funcionários da administração, oficiais mecânicos e mercadores em geral”. À pujança dos domínios rurais se opunha a mesquinhez da vida urbana, sendo freqüente o descuido com que se tratavam as habitações das cidades, por parte daqueles que preferiam viver no campo.

Anos antes, já ALCÂNTARA MACHADO (52) havia demonstrado a “supremacia incontestada do meio rural sobre o meio urbano”, ao estudar o São Paulo do Bandeirismo. “Na cidade — diz êle —, o fazendeiro tem apenas a sua casa para descansar alguns dias, liquidar um ou outro negócio, assistir às festas civis ou religiosas. Um pouso. Nada mais”. Através dos inventários, percebe-se claramente que o mobiliário e as alfaias da *casa da roça* eram superiores em qualidade e em número aos da *casa da vila*. Da mesma maneira, PAULO PRADO (53) escrevera que “os moradores só acorriam às vilas para as festas do fim do ano”.

Essa verdadeira aversão à vida urbana, assim acentuada por autores de tanto peso, vê-se plenamente confirmada numa simples frase de Dom Antônio Rolim, CONDE DE AZAMBUJA, escrita em 1751: “a maior parte dos moradores assistem nos seus sítios” (54); e continuou a existir através do século XIX, não só no período colonial, mas também sob o Império, de acôrdo com o testemunho dos viajantes. MARTIUS, por exemplo, afirmou que “o costume de morar a maior parte do ano em fazendas distantes, fora dos

(50) — VIANA (Oliveira), *Instituições Políticas Brasileiras*, vol. I, págs. 119-165, Liv. José Olímpio, Rio, 1949.

(51) — HOLANDA (Sérgio Buarque de), obra cit., págs. 121-125.

(52) — MACHADO (Alcântara), *Vida e Morte do Bandeirante*, págs. 40-41.

(53) — PRADO (Paulo), *Paulística*, pág. 88, São Paulo, 1925.

(54) — AZAMBUJA (Conde de), *Relação da Viagem que fêz da Cidade de São Paulo para a Vila de Cuiabá em 1751*, em “Relatos Monçoeiros”, Liv. Martins, São Paulo, 1954.



A Capela e a Igreja

Ao centrifugismo característico do homem colonial contrapunha-se o centripetismo exercido pela Capela ou pela Igreja, verdadeira força de coesão para o povoado, a vila ou a cidade. Saint-Hilaire chegou a afirmar que, não fôsse a obrigação de assistir às missas dominicais e de tomar parte nas festividades religiosas, a gente rural cairia num estado muito próximo da selvageria...

lugares habitados, domina em todo o Brasil” (55). SAINT-HILAIRE foi mais explícito, quando escreveu: “Nos distritos auríferos, assim como nas regiões exclusivamente agrícolas, os lavradores só vêm à povoação para assistir à missa do domingo e das festas, e suas casas ficam fechadas durante os dias de trabalho. A população permanente da povoação é composta quase tôda de homens de côr, tendeiros e artesãos” (56); ou, nesta outra passagem: “Os lavradores passam a vida nas fazendas e só vão à vila nos dias em que a missa é obrigatória. Forçando-os a se reunirem e comunicarem uns com os outros, o cumprimento das obrigações religiosas os impede, talvez mais do que qualquer outra causa, de cair em um estado próximo da vida selvagem” (57).

Se tudo isso não bastasse, seria suficiente recordar a existência daquelas 12 cidades e 213 vilas, no término do período colonial, para ficar definitivamente comprovado êsse anti-urbanismo da população brasileira em tão longo lapso de nossa História.

O verdadeiro sentimento do anti-urbanismo colonial — Cumpre, todavia, não exagerar o fenômeno e não considerá-lo, como o fez OLIVEIRA VIANA, um caso à parte a contrariar uma tendência universal para a urbanização. Na verdade — tudo parece indicar —, a concessão do título de cidade a um aglomerado urbano, no período colonial, não constituía um atestado de sua importância demográfica, social ou econômica. Traduzia, muitas vezes, um simples galardão, mera honraria, que circunstâncias de momento poderiam justificar; outras vezes, um simples capricho de caráter pessoal, do monarca ou de seus auxiliares, quando não um injustificável acaso. Os exemplos de Filipéia, Cabo Frio e Oeiras falam por si. Diante disso, somos forçados a reconhecer que o papel hoje representado pelas cidades o era, na época, indiferentemente, pelas cidades e pelas vilas. Na análise de cada um dos séculos, atrás por nós realizada, tivemos oportunidade de destacar a presença de cidades e vilas, quando não de po-

(55) — SPIX (J. B. von) e MARTIUS (C. F. P. von), *Viagem pelo Brasil*, vol. I, pág. 335, trad. de Lúcia Lahmeyer, Imprensa Nacional, Rio, 1938.

(56) — SAINT-HILAIRE (Augusto de), *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, vol. I, pág. 270, trad. de Clado Ribeiro Lessa, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1938.

(57) — SAINT-HILAIRE (Augusto de), *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás*, tomo I, pág. 121, trad. de Clado Ribeiro Lessa, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1937.

voações (como o Recife, no seiscentismo), indistintamente, na relação dos mais importantes centros urbanos. Assim sendo, aquêle tão proclamado anti-urbanismo perde bastante de sua fôrça, pois 225 aglomerados urbanos para um país com menos de 5 milhões de habitantes não constitui nada de estranhável, nem de alarmante. Por outro lado, não poderíamos silenciar quanto a um último argumento destinado a atenuar a importância dessa tendência anti-urbanizante ou, pelo menos, justificá-la em parte: a *Geografia Geral* não nos ensina, comprovadamente, que a concentração urbana é um fenômeno recente, apenas registrado a partir do século XIX? Por que motivo imaginar-se que o Brasil colonial, na modéstia de sua posição demográfica e com as alternâncias contrastantes de sua evolução econômica, haveria de constituir uma exceção à regra universal? . . .

VILLAGES ET VILLES DU BRÉSIL COLONIAL

Résumé

Cette étude — **VILLAGES ET VILLES DU BRÉSIL COLONIAL** — comprend sept chapitres et contient quatre cartes géographiques, huit plans de villes et vingt-cinq autres illustrations (dessins et photographies). Son auteur — Mr. **AROLDO DE AZEVEDO** — est le titulaire de la chaire de Géographie du Brésil à la Faculté de Philosophie, Sciences et Lettres de l'Université de São Paulo.

L'auteur examine, d'abord, au chapitre I (qui s'intitule *Une étude de Géographie Urbaine retrospective*), la répartition géographique des villes ("cidades") brésiliennes, d'après le recensement de 1950, en ne considérant comme villes que les centres urbains avec une population supérieure à 10.000 habitants. Après avoir insisté sur l'évidente tendance à la concentration de la population dans les villes, il pose le problème de la nécessité de vérifier depuis quand ce fait est-il en train de se manifester au Brésil. Il montre, alors, que les historiens ont presque complètement négligé l'étude des agglomérations urbaines et leur vie à travers les différentes étapes de notre évolution, ce qui oblige le géographe à résoudre tout seul la difficulté, bien que la tâche soit malaisée et complexe. Voilà l'origine de cet essai, qui fait ressortir le Brésil colonial (1500-1822) et, dans ce laps de temps, les aspects qui intéressent de plus près la Géographie, c'est à dire la répartition géographique et les principales caractéristiques des villages ("vilas") et des villes ("cidades"). Il insiste sur le fait qu'il laisse de côté des origines et de l'évolution des centres urbains, étant donné l'extension du problème et parce que c'est un des seuls aspects qui aient déjà été examinés par les historiens, les sociologues et les géographes.

Au chapitre II, intitulé *Les agglomérations urbaines au XVI^e siècle*, l'auteur se rapporte, au début, aux factoreries ("feitorias"), en les caractérisant et en cherchant à démontrer qu'elles n'ont été

qu'accidentellement des noyaux de villes. L'urbanisation du Brésil aurait commencé seulement avec l'oeuvre de la colonisation, dans la décade de 1530-40. Il montre ensuite quels sont les villages et les villes fondés dans ce siècle-là; il accentue les raisons qui les ont obligés à se situer sur le littoral (en dehors d'une seule exception — le village de São Paulo); et il examine la répartition géographique des agglomérations urbaines du XVI^e siècle. Il finit le chapitre par un rapide aperçu des centres urbains les plus grands de l'époque, en soulignant particulièrement les caractéristiques géographiques de la Ville du Salvador de Bahia au XVI^e siècle.

Au chapitre III^e, intitulé *Les centres urbains au XVII^e siècle*, l'auteur énumère d'abord les villes fondées au XVII^e siècle et ensuite examine les villages et leur répartition géographique. Il finit ce chapitre avec une étude sommaire des centres urbains les plus grands de l'époque, en examinant plus minutieusement les villes de Salvador, Rio de Janeiro, Olinda et Recife.

Au chapitre IV, intitulé *Villages et Villes du XVIII^e siècle*, l'auteur commence par montrer que, dans ce siècle, l'oeuvre de l'urbanisation a atteint en plein l'intérieur du pays et il indique les facteurs principaux qui justifient ce fait. Il cite, ensuite, les villes fondées au XVIII^e siècle et examine la répartition géographique des villages en énumérant ceux qui s'y sont établis alors. Il termine le chapitre avec une référence sur les plus grands centres urbains, en mettant en relief deux exemples typiques à cause de leurs contrastes: Rio de Janeiro et Vila Rica.

Au chapitre V, intitulé *Au crépuscule de la période coloniale*, l'auteur rappelle les villes et les villages fondés au XIX^e siècle, jusqu'en 1822, en examinant leur répartition géographique. Il termine le chapitre par une référence aux plus grands centres urbains de l'époque, leurs caractéristiques générales et leur position par rapport aux autres villes du Monde.

Au chapitre VI, intitulé *Quelques caractéristiques des agglomérations coloniales*, l'auteur met en relief, d'abord, l'importance du facteur stratégique-militaire, responsable de l'apparition de villes "en acropole" et de centres urbains fortifiés. Il étudie, par la suite, l'influence des cours d'eau et des voies terrestres sur la localisation des agglomérations urbaines. Il passe, ensuite, à examiner l'aspect des plans urbains, en citant des exemples de tracés géomé-

triques, mais en accentuant que l'irrégularité du plan peut être considérée la règle générale pendant la période coloniale. Après cela, il montre les fonctions urbaines des agglomérations coloniales, particulièrement la fonction politique-administrative, les fonctions économiques et la fonction religieuse. Il finit le chapitre par une rapide référence à la nomenclature des agglomérations coloniales, en rehaussant les aspects les plus suggestifs du sujet.

Au chapitre VII (qui est le dernier), intitulé *L'anti-urbanisme du Brésil colonial*, l'auteur, en cherchant à donner une conclusion générale à son essai, aborde le problème de la quasi-aversion de l'homme colonial pour la vie urbaine, thèse amplement défendue par des sociologues et des historiens et confirmée par des témoignages objectifs. Il attire cependant l'attention sur l'impossibilité d'exagérer cet anti-urbanisme, en présentant les raisons qui, d'après lui, diminuent ou tout au moins rendent moins grave cette caractéristique de l'évolution urbaine au Brésil.

VILLAGES AND CITIES OF THE COLONIAL BRAZIL

Summary

The present study — VILLAGES AND CITIES OF THE COLONIAL BRAZIL — comprizes 7 chapters and contains 4 maps, 8 city plans and 25 other illustrations (drawings and photographs). The author — Mr. AROLDO DE AZEVEDO — is chairman of Geography of Brazil at the Faculty of Philosophy, Sciences and Letters of the University of São Paulo.

In the I chapter, entitled *A study of retrospective Urban Geography*, the author at first examines the geographical division of the Brazilian cities according to the 1950 census, considering as such only the urban centers with a population superior to 10.000 inhabitants. After emphasising the evident tendency for the concentration of population in towns, he raises the problem of the necessity of verifying since when such a fact has been taking place. He also shows that the historians have almost put aside the study of the urban agglomeration and of the urban life in the different stages of our evolution, what has made the geographer solve the difficulty by himself, though the problem is hard and com-

plex. This is the reason of the present work, a study that focalizes the Colonial Brazil only (1500-1822), and within this space of time the aspects that interest Geography most, i.e., the geographical division and the principal characteristics of the villages ("vilas") and towns ("cidades"). He explains that he does not study the origins and evolution of the urban centers on account of the extension of the theme and because this is one of the few aspects that have already been examined by historians, sociologists and geographers.

In the II chapter, called *The Urban Agglomerations in the XVI Century*, the author refer first to the factories ("feitorias"), characterizing them and trying to demonstrate that they only exceptionnally were town embryos. The urbanization of Brazil must have begun only with the colonisation work, in the decade of 1530-1540. He shows what villages and towns were created in that century; he demonstrates the reasons why they were localized on the coast (save only one exception — the village of São Paulo); and examines the geographical division of the cinquecento agglomerations. He closes the chapter with a reference to the bigger urban centers of the time, making spacial mention to the geographical characteristics of the Town of Salvador (Bahia), in the XVI century.

In the III chapter, named *The Urban Centers in the Seicentism*, the author initially mentions the towns founded in the XVII century, to refer after to the villages and to their geographical division. He closes the chapter with a short study of the bigger urban centers of the time, going into particulars about Salvador, Rio de Janeiro, Olinda and Recife.

In the IV chapter, called *Villages and Towns in the XVIII century*, the author shows that the work of urbanization fully reached the interior and points out the principal elements that justify the fact. He then mentions the towns created in the setecentism and examines the geographical division of the villages, enumerating those that were installed. He finishes the chapter with a reference to the bigger urban centers and sets off two symbolical examples for their contrasts — Rio de Janeiro and Vila Rica.

In the V chapter, named *In the twilight of the Colonial Period*, the author mentions the towns and villages created in the XIX

century, till the year 1822, and examines their geographical division. He closes the chapter with a reference to the bigger urban centers of the time, their general characteristics and their position compared with the other towns of the World.

In the VI chapter, called *Some characteristics of the colonial clusters*, the author at first focalizes the importance of the military strategical element, which was responsible for the appearance of towns in acropolis and fortified urban centers. Then he studies the water and road influences over the localization of the urban clusters. Then he examines the aspects of the urban plans, citing examples of geometrical sketches, but he emphasizes that the plan irregularity may be considered the general rule of the colonial period. Next he studies the urban functions of the colonial clusters, goes into details about the political and administrative function, and the economical and religious functions. He closes the chapter with a short reference to the nomenclature of the colonial clusters, emphasizing the most suggestive aspects of the theme.

In the VII chapter (the last), named *The anti-urbanism of the Colonial Brazil*, the author, trying to give a close of general character to his study, approaches the problem of the almost aversion of the colonial man against the urban life, a thesis largely defended by sociologists and historians as well as confirmed by unsuspected testimony. However, he calls attention to the fact that it is not possible to exaggerate this anti-urbanism, presenting the reasons that in his way of thinking, diminish or at least make less grave such characteristics of the urban evolution in Brazil.

ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES

| | Págs. |
|---|-------|
| 1. Um embrião de cidade | 10 |
| 2. Povoamento e urbanização do Brasil, no século XVI (mapa) | 13 |
| 3. Uma vila quinhentista | 16 |
| 4. O Rio de Janeiro no quinhentismo (mapa) | 18 |
| 5. Olinda, cidade do século XVII (mapa) | 24 |
| 6. Povoamento e urbanização do Brasil, no século XVII (mapa) | 26 |
| 7. Aspectos da vila de São Paulo no seiscentismo | 28 |
| 8. O Rio de Janeiro no século XVII (mapa) | 30 |
| 9. O povoado do Recife e a Cidade Maurícia (mapa) .. | 32 |
| 10. Mariana, primeira cidade de Minas Gerais | 36 |
| 11. Povoamento e urbanização do Brasil, no século XVIII (mapa) | 39 |
| 12. Vila Rica, relíquia do século XVIII | 42 |
| 13. A cidade do Salvador, metrópole brasileira (mapa) .. | 44 |
| 14. São Paulo no século XVIII — “formosa, mas sem dote” | 46 |
| 15. O Rio de Janeiro no setecentismo (mapa) | 48 |
| 16. Uma visão do Rio de Janeiro no século XVIII | 50 |
| 17. Vila Rica no apogeu de sua glória | 52 |
| 18. O Rio de Janeiro na primeira década do século XIX (mapa) | 56 |
| 19. Povoamento e urbanização do Brasil, ao proclamar-se a independência (mapa) | 59 |
| 20. Rio de Janeiro no primeiro quartel do século XIX .. | 62 |
| 21. Aspectos da vida urbana no crepúsculo do Brasil co- lonial | 64 |
| 22. São Paulo, vila fortificada | 68 |
| 23. Passado e presente, unidos | 70 |
| 24. Símbolo do urbanismo colonial (mapa) | 74 |
| 25. A religião e a vida urbana | 78 |
| 26. A venda e o mercado, centros de comércio | 80 |
| 27. A Capela e a Igreja | 86 |

ÍNDICE DAS MATÉRIAS

| | Págs. |
|--|-------|
| EXPLICAÇÃO | 3 |
| SUMÁRIO | 4 |
| I. <i>Um estudo de geografia urbana retrospectiva</i> | 5 |
| Repartição geográfica das cidades brasileiras | 5 |
| Uma tarefa árdua, mas necessária | 7 |
| Nosso objetivo | 8 |
| II. <i>Os aglomerados urbanos no século XVI</i> | 9 |
| Feitorias, “cabeças de ponte” do Brasil quinhentista | 9 |
| As vilas e cidades do século XVI | 11 |
| A maritimidade dos aglomerados quinhentistas | 15 |
| Repartição geográfica dos aglomerados quinhentistas | 19 |
| Os maiores centros urbanos do século XVI | 20 |
| III. <i>Os centros urbanos no Seiscentismo</i> | 22 |
| As cidades seiscentistas | 22 |
| As vilas seiscentistas | 23 |
| Os maiores centros urbanos do século XVII | 29 |
| IV. <i>Vilas e cidades no século XVIII</i> | 34 |
| A obra de urbanização alcança o interior | 34 |
| As cidades do século XVIII | 35 |
| Repartição geográfica das vilas setecentistas | 37 |
| Os maiores centros urbanos do século XVIII | 49 |
| V. <i>No crepúsculo do período colonial</i> | 55 |
| As cidades da primeira vintena do século XIX | 55 |
| Repartição geográfica das vilas em 1822 | 57 |
| Os maiores centros urbanos quando o Brasil se tornou Império | 63 |
| VI. <i>Algumas características dos aglomerados coloniais</i> | 67 |
| Os centros urbanos coloniais e o fator estratégico-militar | 67. |

| | |
|--|----|
| O papel dos cursos d'água e das vias terrestres | 71 |
| Os aglomerados coloniais e seu plano urbano | 72 |
| As funções urbanas dos aglomerados coloniais | 75 |
| A nomenclatura dos aglomerados coloniais | 81 |
| VII. <i>O anti-urbanismo do Brasil colonial</i> | 83 |
| A Sociologia e a História a serviço da Geografia Urbana | 83 |
| O verdadeiro sentido do anti-urbanismo colonial .. | 87 |
| VILLAGES ET VILLES DU BRÉSIL COLONIAL (Ré- sumé) | 89 |
| VILLAGES AND CITIES OF THE COLONIAL BRAZIL (Summary) | 91 |
| ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES | 94 |
| ÍNDICE DAS MATÉRIAS | 95 |

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FAULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

BOLETINS

- N.º 1 — MARIA LUIZA PIRES DO RIO PINHO, *Monografia de fazenda: a Fazenda "Engenho d'Água", em Guaratinguetá.* — MARIA GALDINA A. XAVIER, *Um recanto da Cantareira: Gopoúva.* — AROLDO DE AZEVEDO, *Recônvavo da Bahia.* — REGINA CARNEIRO, *Bibliografia: Brasil Meridional* (1944).
- N.º 2 — AROLDO DE AZEVEDO, *A região de Juazeiro e Petrolina* (1946).
- N.º 3 — ARY FRANÇA, *Estudo sôbre o clima da Bacia de São Paulo* (Tese de dcutoramento — 1946).
- N.º 4 — RENATO DA SILVEIRA MENDES, *Paisagens culturais da Baixada Fluminense* (Tese de doutoramento — 1950).
- N.º 5 — J. R. DE ARAUJO FILHO, *A Baixada do Rio Itanhaém — Estudo de geografia regional* (Tese de doutoramento 1951).
- N.º 6 — AROLDO DE AZEVEDO e DIRCEU LINO DE MATTOS, *Viagem ao Maranhão* (1951).
- N.º 7 — N. L. MÜLLER, *Sítios e sítiantes no Estado de São Paulo* (Tese de doutoramento — 1951).
- N.º 8 — JOÃO DIAS DA SILVEIRA, *Baixadas litorâneas quentes e úmidas* (Tese de concurso — 1952).
- N.º 9 — ELINA O. SANTOS, *Bases geográficas da industrialização de Sorocaba* (Tese de doutoramento — no prelo).
- N.º 10 — ARY FRANÇA, *A ilha de São Sebastião — Estudo de geografia humana* (Tese de concurso — 1954).
- N.º 11 — AROLDO DE AZEVEDO, *Vilas e cidades do Brasil Colonial — Ensaio de geografia urbana retrospectiva* (1956).

PUBLICAÇÕES AVULSAS

1. — AROLDO DE AZEVEDO, *Considerações em tôrno da Geografia e do seu ensino* (Aula inaugural — 1946).
2. — JOÃO SOUKUP, *Mapa-Mundi em projeção azimutal, equidistante e oblíqua tendo por centro a cidade de São Paulo* (Em côres, na escala de 1: 75 000 000 — 1949).

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
da Universidade de São Paulo

Alameda Glette n.º 463 — 1.º

SÃO PAULO (Capital)
Brasil

SECÇÃO GRÁFICA da Faculdade de Filosofia, Ciências
e Letras da Universidade de São Paulo *imprimiu.*

